

UNIVERSIDADE DE SANTO AMARO
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

CAMILLA LIMA ASNAL
DEISE OLIVEIRA LARANJEIRA DO NASCIMENTO

**DESAFIOS E CONQUISTAS DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE
EMBU DAS ARTES, FRENTE À QUESTÃO DA MORADIA**

São Paulo

2011

UNIVERSIDADE DE SANTO AMARO
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

CAMILLA LIMA ASNAL
DEISE OLIVEIRA LARANJEIRA DO NASCIMENTO

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado para a obtenção do título
de Bacharel em Serviço Social do
Curso de Serviço Social da
Universidade de Santo Amaro sob
orientação da Prof^a Esp^a Luciane de
Cássia Faria.

São Paulo

2011

CAMILLA LIMA ASNAL
DEISE OLIVEIRA LARANJEIRA DO NASCIMENTO

DESAFIOS E CONQUISTAS DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE
EMBU DAS ARTES, FRENTE À QUESTÃO DA MORADIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do título de Bacharel
em Serviço Social do Curso de Serviço Social da Universidade de Santo Amaro.

Data da Aprovação 26/05/2011

BANCA EXAMINADORA

Professora Luciane de Cássia Faria
Universidade de Santo Amaro

Professora Maria de Lourdes Hipólito Santana
Universidade de Santo Amaro

CONCEITO FINAL: 9,5

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que me deu força para não desistir e enfrentar todas as dificuldades nos momentos difíceis.

À Luciane de Cássia Faria, minha orientadora, mais que orientadora se tornou alvo de minha imensa admiração no âmbito acadêmico, profissional e pessoal.

Às professoras, Alberta Emília, Maria de Lourdes Hipólito Santana, Marlene Atháide, Selma Amaral, Sônia Maria, Vera Cristina, Virgínia Paes Coelho e Viviane Diniz que foram responsáveis não somente por me proporcionar meu acesso ao conhecimento específico, mas também fazem parte de meu crescimento pessoal, jamais me esquecerei de vocês.

Ao professor Gerson Heidrich que assim como minhas queridas mestres se fizeram presentes com seus questionamentos sob o que queremos e devemos ser, enfim me auxiliaram ao crescimento pessoal e profissional.

Às amigas, Ana Paula Coelho e Deise Oliveira Laranjeira do Nascimento, que se tornaram para mim neste caminho verdadeiras irmãs, e que agora também serão colegas de profissão, Assistentes Sociais quem diriam, pois bem passamos pelos quatro anos, mas amizade não passará.

À todos os colegas de classe, pelas discussões, brigas, risadas, trabalhos de grupo e seminários... enfim por todos estes momentos que passamos nestes quatro anos em que todos participaram do meu processo de aprendizagem.

Aos meus familiares que me incentivaram, em especial a minha querida Avó Maria que foi meu grande estímulo juntamente com minha tia Romilda que sempre me apoiaram e acreditaram que poderia chegar até o fim.

Aos meus grandes amores, meu irmão Daniel, minha mãe D. Cícera e ao meu amor e mais que tudo grande amigo Allan que estiveram ao meu lado em todos os momentos de medos e stress me dando apoio para que não desistisse nos momentos de desânimo e cansaço, todo meu esforço foi por vocês.

A todos vocês dedico este trabalho e também a minha titulação de Bacharel em Serviço Social.

Camilla Lima Asnal.

AGRADECIMENTOS

Esse momento não seria possível sem a permissão de Deus, que me ajudou nos dias de insegurança e medo e que de certo iluminou meus passos.

A Deide de Oliveira que sempre foi pai e mãe e que nada deixou a desejar na minha formação enquanto pessoa, que não poupou esforços e dedicação a manutenção dos meus estudos, obrigada amada e querida mãe pelas lições de vida que me acompanharão sempre.

Aos meus irmãos: Saudoso Ricardo Oliveira sei que as brigas foram constantes, mas afinal a gente só briga com quem a gente se importa...Nos encontraremos um dia; ao meu irmãozinho Jefferson Oliveira que desde seu nascimento acredito que vem me ensinando a ser uma pessoa melhor.

A Romel Gimenes de Araújo meu Assistente Social preferido! Que acompanhou os últimos dois anos de minha trajetória acadêmica, não apenas apoiando, incentivando, mas também contribuindo com as críticas construtivas e realistas a cerca da profissão escolhida, já vislumbrando uma carreira apoiada na extensão científica, obrigada meu amor de hoje e sempre.

À Camilla Lima Asnal, que se revelou mais que uma amiga nessa trajetória meu muito obrigado pela sua presença que se tornou fundamental.

Às Mestres Luciane de Cássia Faria, grande orientadora não apenas nas questões teóricas a cerca do estudo abordado, mas por toda a sensibilidade demonstrada em cada encontro; Marlene Almeida de Atháide pelas agradáveis e preciosas conversas extras acadêmicas, Maria de Lourdes Hipólito Santana e Sônia Maria por toda atenção e demonstração de ética profissional.

A vocês a minha admiração e agradecimentos eternos, dedico este trabalho e também a minha titulação de Bacharel em Serviço Social.

Deise Oliveira Laranjeira do Nascimento

"Ampliar o acesso à moradia urbana requer o rompimento com a matriz formada por esses interesses que articulados produzem o quadro das carências habitacionais no Brasil: mercado residencial altamente especulativo e restrito a uma minoria convivendo com a gigantesca ilegalidade promovida pelas favelas, ocupações e loteamentos irregulares."

MARICATO, 1998, p.1

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: Desafios e Conquistas da Habitação de Interesse Social de Embu das Artes, frente à questão da moradia, trata-se de um estudo voltado à análise do público de interesse social bem como ao profissional do Serviço Social que atende esta demanda na área habitacional no município de Embu das Artes. Em nossa pesquisa o público de interesse social refere-se às pessoas com renda de zero a três salários mínimos mensais. Abordamos a história das políticas habitacionais brasileiras voltadas a este público, analisando sua evolução histórica. Objetivamos analisar a compreensão dos usuários sobre a conquista da casa própria no processo de reassentamento, conhecer o perfil sócio-econômico e o cotidiano dos usuários a partir da pesquisa qualitativa respaldada na metodologia dialética evidenciando a significativa melhoria urbana e habitacional, no bairro Jardim Castilho localizado no município de Embu das Artes. Identificamos as ações realizadas para o enfrentamento à questão habitacional neste Município; destacamos os objetivos das ações adotadas pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDU) e a Companhia Pública Municipal Pró Habitação. Analisamos os principais desafios da intervenção social dentro do processo de urbanização de assentamentos precários a partir da entrevista com um Assistente Social que atuou no reassentamento do bairro Jardim Castilho e em contrapartida o processo da atuação profissional a partir da fala dos usuários reassentados. Constatamos que os moradores entrevistados entendem e reconhecem o acesso/conquista à moradia neste processo de reassentamento como forma de inclusão social e também reconhecem o papel do Assistente Social como mediador entre órgão público e comunidade. Esperamos que a presente pesquisa contribua para dar visibilidade a esta demanda “público de interesse social” e sirva de subsídio para as respectivas intervenções e reflexões profissionais do Serviço Social no âmbito da habitação.

Palavras-chave: Assentamentos Precários, Habitação de Interesse Social, Público de Interesse Social.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDES	-	Banco Nacional de Desenvolvimento Social
CEBS	-	Comunidades Eclesiais de Base
CEF	-	Caixa Econômica Federal
COHAB	-	Companhia de Habitação
CCFGTS	-	Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
CDHU	-	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano
EAD	-	Ensino a Distância
FHC	-	Fernando Henrique Cardoso
FNHIS	-	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
HBB	-	Programa Habitar Brasil- BID
HIS	-	Habitação de Interesse Social
IPHAN	-	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
INOCOOPS	-	Institutos de Orientação as Cooperativas Habitacionais
M'BOY	-	De origem indígena, significa cobra gigante.
OGU	-	Orçamento Geral da União
ONG	-	Organizações Não Governamentais
ONU	-	Organizações das Nações Unidas
PAC	-	Programa de Aceleração ao Crescimento
PLHIS	-	Plano Local de Habitação de Interesse Social
PNH	-	Política Nacional de Habitação
PSH	-	Programa de Subsídio Habitacional
PROFILURB	-	Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados
PROMORAR	-	Programa voltado a Erradicação da Sub Habitação
SEDU	-	Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano
SFH	-	Sistema Financeiro de Habitação
SNH	-	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

- SNIHIS** - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
- SPHAN** - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- TAC** - Taxa de Apoio Comunitário
- ZEIS** - Zonas de Especial Interesse Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I	
1. COMPREENDENDO O TEMA HABITAÇÃO.....	15
1.2 A Precariedade da Habitação.....	18
1.3 Política Habitacional Brasileira: Contexto Histórico.....	21
1.4 A Política Nacional de Habitação	
1.5 Sistema Nacional de Habitação (SNH).....	29
1.6 Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC) e Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV).....	31
CAPITULO II	
2. ESTÂNCIA TURÍSTICA EMBU DAS ARTES.....	34
2.1. Características Habitacionais: Demanda Habitacional.....	35
2.1.1 Plano Diretor.....	36
2.1.1.1 “Atores Sociais”: Movimentos e Organizações populares de moradia.	
2.2 Campo de Pesquisa.....	39
2.2.1 Jardim Castilho.....	41
2.3 Metodologia.....	45
CAPITULO III	
3. CAPÍTULO III – O SERVIÇO SOCIAL E A HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.....	51
3.1 O Trabalho Social no Reassentamento do Bairro Jardim Castilho.....	55
3.1.1 Intervenção Social junto aos moradores do Bairro Jardim Castilho.....	56
3.1.2 O Bairro Jardim Castilho visto pelos moradores.....	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
REFERENCIAS.....	75
ANEXOS.....	77

INTRODUÇÃO

I – garantia do direito á cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações.

Artigo 2º - número 1

Estatuto das Cidades - Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2.001

A pesquisa em questão tem como objetivo principal analisar a compreensão dos moradores sobre a conquista da casa própria no processo de reassentamento; evidenciar a necessidade da efetivação das políticas públicas sociais na área habitacional, mesmo que de modo lento, pois é notório que diante a um histórico desigual da população brasileira em relação à formação das cidades, onde as classes pauperizadas¹ são atingidas em maior proporção não apenas pela má distribuição da terra, mas também pelos fatores que desencadeiam a questão social², a evolução das políticas públicas voltadas á área habitacional se torna necessária não somente como expansão do acesso a casa própria e também como consolidação dos direitos fundamentais do homem como o direito a terra.

Considerando que antes mesmo de ingressarmos na vida acadêmica as questões habitacionais já nos despertavam a atenção devido à localidade que residimos (sendo localidades inseridas em loteamentos irregulares), a partir dessas realidades identificamos dentro da abrangência do serviço social a motivação pela pesquisa em questão. Adiante a confirmação da temática intensificou-se na experiência obtida por ambas nos campo de estágio, tanto no segmento habitacional correspondente ao período de dois anos (2008 a 2010) na Prefeitura de Embu das Artes, somado ao contato com a Secretaria de

¹ A denominação de classes pauperizadas surgiu decorrente á pauperização de uma parte da população mundial sendo um fenômeno que não é inteiramente redutível a falta de rendimento suficiente para sobreviver, causando impacto na vida social dos sujeitos.

² Segundo IAMAMOTO questão social “é o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade.” 1998 p. 27.

Desenvolvimento Urbano (SEDU) que dentro de suas atribuições tem sobre responsabilidade a coordenação dos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), localizados no município de Embu das Artes e de jurisprudência da prefeitura, como em projetos de melhorias habitacionais na região do município de Taboão da Serra no período equivalente há um ano e seis meses.

Pretendemos analisar que através da instituição de políticas públicas que visam o desenvolvimento de municípios sob o trabalho através de uma administração democrática e participativa, através da identificação de necessidades reais juntamente com a população, através de programas e/ou políticas sociais se torna possível respeitar o direito a moradia digna considerando as particularidades das famílias, compreendemos que o processo emancipatório envolve a ação do poder público com a devida participação popular, refletindo, sobretudo no desafio do processo da intervenção urbanística e suas dificuldades, identificando suas etapas e o acompanhamento do trabalho técnico social, não apenas nas conquistas como, por exemplo, nas melhorias habitacionais e ao acesso a casa própria, porém verificar a continuidade e efetividade dessas ações frente à questão da moradia.

Para melhor ilustrar a dissertação faz-se necessária a apresentação do contexto histórico brasileiro das políticas habitacionais em especial o histórico da habitação de interesse social³ (HIS) e da precariedade da habitação no Brasil, a partir desta análise se engloba conceituar o significado da questão da moradia e habitação, bem como elucidar os atuais programas instituídos atualmente no segmento habitacional brasileiro voltado ao público de interesse social tais como: a Política Nacional da Habitação (PNH); o Sistema Nacional de Habitação (SNH); o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que serão evidenciados no primeiro capítulo deste trabalho.

³ Habitação de interesse social, por meio da ação e apoio do poder público para a construção habitacional para famílias de baixa renda, objetiva viabilizar o acesso a moradia adequada aos segmentos populacionais de renda familiar mensal até três salários mínimos em localidades urbanas e rurais. (Caixa Econômica Federal, 2010)

No segundo capítulo apresentaremos o histórico do Município de Embu das Artes, e evidenciaremos as características da demanda do segmento habitacional do município em questão apresentando o plano diretor da cidade e os atores sociais dos movimentos de moradia da região; assim como a apresentação do campo de pesquisa sendo evidenciado o histórico do Bairro Jardim Castilho, bem como das Secretarias responsáveis pelos programas e projetos habitacionais e urbanísticos no bairro, destacando as intervenções realizadas voltada ao público de interesse social. A metodologia que será utilizada para análise da pesquisa também será abordada no segundo capítulo.

Em derradeiro a intervenção do assistente social estará evidenciada a partir do terceiro capítulo sua inserção nas favelas com a descrição das principais impressões a cerca do trabalho realizado no bairro evidenciado como campo de pesquisa, sintetizando, destacaremos a intervenção frente às dificuldades orçamentárias e atuação da população, iremos abordar o histórico do serviço social na área da habitação. Ainda neste disporemos a análise da pesquisa realizada com moradores reassentados no projeto de habitação de interesse social realizado no bairro Jardim Castilho, e as considerações finais do trabalho em questão.

CAPÍTULO I

1. COMPREENDENDO O TEMA - HABITAÇÃO

Inicialmente gostaríamos de elucidar que ao analisar o tema habitação não seguimos o pensamento simplista que julga a habitação como: lugar ou casa onde se habita moradia, domicílio; e sim analisamos sob a perspectiva de que habitação é a moradia onde seus residentes independente de classe social devem ter acesso aos serviços básicos como transporte, saúde, educação, lazer provida de infra-estrutura como rede de esgoto, água encanada e rede elétrica.

Considerando especificamente a questão da moradia e a habitação de interesse social enquanto objeto de nossa pesquisa, reconhecemos que a habitação corresponde a uma das necessidades fundamentais da população, visto que seja considerada como uma necessidade básica e que há tempos não vem sendo suprida na história da sociedade brasileira, principalmente aos cidadãos que vivem em condições de vulnerabilidade social⁴.

Ampliar o acesso à moradia urbana requer o rompimento com a matriz formada por esses interesses que articulados produzem o quadro das carências habitacionais no Brasil: mercado residencial altamente especulativo e restrito a uma minoria convivendo com a gigantesca ilegalidade promovida pelas favelas, ocupações e loteamentos irregulares. (MARICATO, 1998, p.1)

Tendo em vista essa realidade, pretendemos considerar aspectos históricos e sócio-políticos da intervenção habitacional brasileira, e nesse contexto abordar questões voltadas às classes pauperizadas, nesse sentido torna-se necessário o resgate do conceito de questão da moradia e também das principais intervenções habitacionais do Brasil para uma melhor compreensão do significado da temática.

⁴ Para Castel a vulnerabilidade social é uma zona intermediária instável que conjuga a precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes de proximidade [...] se ocorrer algo como uma crise econômica, o aumento do desemprego, a generalização do subemprego: a zona de vulnerabilidade se dilata, avança sobre a de integração e elimina a desfiliação. (CASTEL, 1998,p 33.)

O conceito questão da moradia segundo Engels (1887) em sua obra: “A questão da habitação” é analisada primordialmente na Europa identificando a crise da moradia ligada ao capitalismo, ao indicar a escassez das habitações fruto das más remunerações e da dificuldade da manutenção do emprego, neste contexto, configurando-se na estrutura do capitalismo, associado às rápidas transformações advindas com o processo de industrialização ao mudar a então mentalidade da sociedade rural migrando sua maioria à cidade em busca de empregos, proliferando assim a criação de bairros periféricos. Engels se propõe a discutir a habitação sob a óptica socialista, defendendo a propriedade da moradia para os trabalhadores através de uma solução fundiária, ressaltando a especulação imobiliária que começa a se instalar nas cidades, através da valorização extraordinária “inflacionada” dos terrenos ociosos pela demolição de edificações antigas que dão lugar a construções mais arrojadas de natureza mercantil de um modo geral e como de fato acontece até os dias atuais, onde o fenômeno se espalha para os bairros proletários e provoca um deslocamento cada vez maior do trabalhador para as zonas periféricas da cidade.

A escassez de moradia é percebida como manifestação da desigualdade implantada pelo capitalismo enquanto sistema de produção. É um fenômeno que cresce paralelamente ao exército industrial de reserva, sendo ambos benéficos para o processo de acumulação, na medida em que o capitalismo cria como condição necessária à sua expansão, a existência de uma classe que não tenha outra coisa para vender a não ser sua força de trabalho. Nesse sentido, a crise da habitação é um produto necessário da ordem social burguesa. (ENGELS, 1887, p.137)

Analisando o conceito de Engels (1887) sobre a questão da moradia, observamos a relevância da intervenção na área habitacional voltada ao público de Interesse Social⁵, visto a grande desigualdade econômica e social brasileira. Ao falar de Habitação de Interesse Social (HIS) não podemos deixar de enfatizar o seu significado, nesse sentido destacamos duas leis, apesar da

⁵ Em nossa pesquisa o público de interesse social refere-se as pessoas com renda de zero a três salários mínimos mensais e também a população residente a áreas sujeitas a intervenções urbanísticas

distância cronológica entre elas é possível verificar o conceito de interesse social exposto com o intuito de definir critérios e diretrizes em sua aplicação.

Na lei 4.132, de setembro de 1.962 em observância ao governo João Goulart como verificado no enunciado do artigo 2º para casos de desapropriação considerava-se Habitação de Interesse Social:

- I- O aproveitamento de todo bem improdutivo ou explorado sem correspondência com as necessidades de habitação, trabalho e consumo dos centros de população a que deve ou possa suprir por seu destino econômico;
- II- A instalação ou a intensificação das culturas nas áreas em cuja exploração não se obedeça a plano de zoneamento agrícola, VETADO;
- III- O estabelecimento e a manutenção de colônias ou cooperativas de povoamento e trabalho agrícola;
- IV- A manutenção de posseiros em terrenos urbanos onde, com tolerância expressa ou tácita do proprietário, tenham construído sua habitação, formando núcleos residenciais de 10 (dez famílias);
- V- A construção de casas populares
- [...] VII- a proteção do solo e a preservação de cursos e mananciais e água e de reservas florestais...” (BRASIL, 1962)

Na lei Federal 11.124, de 16 de Junho de 2005, em observância ao governo de Luís Inácio da Silva onde dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS):

- Art. 2º: Fica instituído o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, com o objetivo de:
- VI- I – viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada e à habitação digna e sustentável;
 - VII- II – implementar políticas e programas de investimentos e subsídios, promovendo e viabilizando o acesso à habitação voltada à população de menor renda; e
 - VIII- III – articular, compatibilizar, acompanhar e apoiar a atuação das instituições e órgãos que desempenham funções no setor da habitação. (BRASIL, 2005)

Ainda em pesquisa ao site da Caixa Econômica Federal temos:

Habitação de interesse social, por meio da ação e apoio do poder público para a construção habitacional para famílias de baixa renda, objetiva viabilizar o acesso a moradia adequada aos segmentos populacionais de renda familiar mensal até três salários mínimos em localidades urbanas e rurais. (CAIXA ECONOMICA FEDERAL, 2009.)

Todas as denominações de habitação de interesse social apresentadas acima foram instituídas em leis, a análise nos permite observar que de acordo com cada momento histórico tanto a denominação bem como o trabalho a ser desenvolvido a esta demanda se modificam, para melhor ilustrar nossa análise vejamos a seguir o histórico da precariedade da habitação no Brasil.

1.2 A Precariedade da Habitação do Brasil

Desde a época da colonização os interesses públicos e privados são analisados dentro de um Estado patrimonialista⁶, gerando nesse movimento desigualdades sociais presentes nas cidades brasileiras. Sobressai a esse cenário a exploração da força de trabalho e a dominação pela elite ao acesso a propriedade da terra. Acompanhada a essa realidade no início do século XX fomentaram-se as migrações de ex-escravos libertos a procura das cidades (principalmente para São Paulo e Rio de Janeiro) estes se depararam com outro índice, o de imigrantes europeus e também de migrantes do campo para a cidade, assim percebe-se nesse momento um choque entre escravos e imigrantes na mesma situação no que diz respeito à busca de trabalho dentro de uma nova configuração do espaço urbano.

As cidades brasileiras expõem legados históricos que constituem dívidas sócio-territoriais acumuladas durante séculos de urbanização segundo padrões desiguais do ponto de vista social, excludente do ponto de vista territorial e predatório do ponto de vista territorial e predatório do ponto de vista ambiental. Esse quadro de crise urbana aparece em diversos contextos regionais e socioambientais, desde as cidades da zona costeira até aquelas localizadas nas regiões do interior mais recôndito do país. (KOGA, 2009, p. 54)

Quanto às primeiras urbanizações, Ferreira (2009) diz:

Mas se podemos dizer essa primeira urbanização se deu sobre uma matriz já marcada pela segregação social e a exclusão

⁶ No Estado patrimonialista não havia dissociação entre patrimônio público e privado, este estava à mercê daquele, e ambos eram havidos como propriedade do rei, que os utilizava no atendimento de seus interesses e até mesmo em detrimento do bem-estar da população. (Borges, 2006, p. 26).

desde a época da colônia, foi de fato a forte industrialização da segunda metade do século XX, com a migração rural – urbana do Nordeste em direção aos pólos industriais do Sudeste, que iria exacerbar a tragédia urbana brasileira. (FERREIRA, 2009, p.12)

Diante desse novo fluxo migratório para a cidade e o aumento do índice populacional percebe-se um anseio por habitação, nota-se uma demanda superior à disponibilidade de moradias, revertendo a um desequilíbrio habitacional onde as dificuldades centralizavam principalmente as classes de baixa renda considerando o alto valor cobrado pelas moradias de aluguel e o alargamento de habitações precárias. Nestas circunstâncias fomentam-se moradias coletivas identificadas por Pechman e Ribeiro (1983) como, por exemplo, as construções edificadas em um mesmo terreno com a inclusão de famílias distintas, popularmente chamadas de cortiços, estalagens, as vilas operárias e/ou populares. Essas formas de se morar coletivamente correspondem à segunda metade do século XIX, onde o cenário carioca ainda era simples no que diz respeito ao espaço, pois em três séculos pouco havia se alterado na ocupação do centro histórico. Nesse raciocínio a necessidade de estar bem localizado na cidade era de suma importância, as pessoas que não possuíam meios próprios de transporte e nem condições financeiras para pagamento da condução, necessitando assim fixar residência na cidade.

Os elevados preços das casas de aluguel e dos terrenos tornaram-se inviáveis a produção da habitação própria, considerando a necessidade de permanência próxima ao local de trabalho às camadas sociais menos favorecidas economicamente encontram como única saída à locação de moradias coletivas precárias.

Essa nova estratégia como forma de acesso as camadas mais pauperizadas é notável em toda a cidade do Rio de Janeiro, com destaque aos imigrantes, chamando então a atenção de investidores cujo objetivo centralizava-se na construção de habitações coletivas interessados na expansão do próprio capital.

A 'informalidade' na construção de cortiços e estalagens, que desrespeitavam qualquer norma de construtibilidade, de higiene, de aeração, de insolação, de distribuição espacial e de arranjos internos era, na verdade, o segredo de seu sucesso. A possibilidade de alugar uma moradia mais barata que as

oferecidas no mercado contrapunham-se a aceitação da degradação da qualidade da habitação, devida tanto às suas precárias condições de construção quanto à sua superpopulação. (RIBEIRO e PECHMAN, 1983, p. 49-50)

Exposto o cenário de proliferação de epidemias e doenças já corriqueiras no entorno dos cortiços onde as aglomerações eram manifestas e nenhuma solução efetiva fora tomada, a vida dessa população continuava sem maiores intervenções, no entanto quando essa realidade ultrapassou esse limite, indo ao encontro nos bairros abastados um alarde foi anunciado aos meios de comunicação, ao conhecimento político e também aos médicos.

Associando a situação como risco a disseminação as exportações e importações realizadas em sua maioria pelo caminho Rio-Santos, representando em larga medida a não preservação a saúde dos operários, operários estes de suma importância aos interesses do país pela estimativa de fortalecimento da economia.

A questão da saúde do trabalhador e sua articulação com os problemas provocados pela aglomeração nas habitações coletivas passa a ser objeto de estudo e preocupação das autoridades competentes. O Estado intervém na questão criando a Inspetoria Geral de Higiene (1890), através da qual torna-se responsável pelo saneamento das localidades e habitações, passando também a legislar sobre a questão. (RIBEIRO e PECHMAN, 1983, p. 52)

Com o surgimento das reclamações públicas advindos pela elite, às preocupações em torno de políticas de saúde envolveram diversos ministérios, que em conjunto pensam em como acabar com as manifestações infectológicas, trabalhando sobre o ideal de acabar com os cortiços, enviando a demanda desse espaço para habitações populares mais higiênicas.

Sobre esse pensamento, propostas idealizadas pela junta médica são encaminhadas ao governo imperial, para o favorecimento de construção de moradias voltadas para as classes pobres com um custo menor do que o do mercado, sobre o discurso de coibir a lucratividade de alguns proprietários em cima da miséria do povo. Essa proposta foi um elo significativo para a produção de moradias, trazendo consigo capital e público para emprego, em torno da questão da necessidade de construção de moradias populares.

1.3 Política Habitacional Brasileira: Contexto Histórico

A política habitacional como política pública voltada à efetivação do direito a moradia, inicialmente compreendida como uma política de bem estar⁷, migrou, paulatinamente, do discurso universalista dos direitos fundamentais para a lógica seletiva dos mercados, articulando-se de maneira inovadora com a arquitetura financeira dos novos padrões de acumulação do capital. É possível, afirmar, portanto, segundo Royer (2009), que os padrões de financiamento da política habitacional traduzem o movimento de transformação dos padrões de acumulação capitalista.

As profundas transformações do padrão de acumulação capitalista nas últimas décadas e a ideologia de determinar as finanças como matriz de organização da riqueza em escala mundial, impuseram uma nova racionalidade ao desenho institucional das políticas públicas, principalmente nos países em desenvolvimento (ROYER, 2009, p.13)

Para situar e compreender os avanços da política habitacional voltada ao público de interesse social é importante resgatar a história, e o envolvimento mais direcionado das políticas públicas brasileiras voltadas para habitação da população de baixa renda e que se iniciou para enfrentar a propagação de doenças e epidemias nas cidades, ações voltadas para promover o controle sanitário das habitações das populações de baixa renda.

Entretanto a cidade convive tanto com as doenças quanto com os cortiços.

Enquanto os problemas inerentes a aglomerações em habitações coletivas e aqueles causados pelas epidemias ficaram circunscritos aos bairros populares o assunto não suscitou maiores celeumas.

Quando, no entanto, ultrapassou essa fronteira, atingindo os bairros ricos, fez-se grande grita, seja na imprensa, seja nos meios políticos, seja nos meios médicos.

A ameaça à socialização das epidemias, sua disseminação pelos bairros abastados da cidade, sua instalação no porto ameaçando seriamente as exportações e importações da cidade (Rio e Santos centralizavam o comércio de exportações, os embarques e desembarques de estrangeiros) e principalmente o perigo que ela representava à reprodução da

⁷ A política de bem estar ou política social foi aplicada no Brasil a partir dos anos 70 através do Estado de bem-estar social também conhecido por sua denominação em inglês, *Welfare State*, onde o Estado deve garantir padrões mínimos de educação, saúde, habitação, renda e seguridade social a todos os cidadãos.

força de trabalho – “o bem – estar e a saúde das classes operárias interessam a todo o país, porque representam a base da prosperidade nacional”- trazem à tona a discussão do higienismo. (RIBEIRO e PECHMAN, 1983, p.51)

As principais políticas habitacionais efetivadas no Brasil tiveram o objetivo de possibilitar o acesso à moradia como viés para transformar esses novos donos em "associados" com relação à propriedade privada; com tais aquisições as classes que antes dependiam do aluguel abandonaram essa prática após a compra da casa própria surgindo aí a mentalidade da classe média. Verifica-se uma estratégia para manutenção do "status quo"⁸ para "acalmar" os posicionamentos radicais.

Com a lei federal n. 4.380 (1964) houve a criação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) com intuito de visar à correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, e possibilitar assim a aquisição da casa própria à população de baixa renda, assim foi criado o Banco Nacional de Habitação⁹ (BNH) e o Serviço Financeiro da Habitação e do Urbanismo¹⁰ (SEVFHAU) que tinham por função a realização de operações de crédito imobiliário, bem como a gestão do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço¹¹ (FGTS), não operava diretamente com o público, atuando por intermédio de bancos privados e/ou públicos, e de agentes promotores, tais como as companhias habitacionais e as companhias de água e esgoto; cujo objetivo centralizava-se em estimular a construção das habitações de interesse social e o financiamento de sua aquisição em regime de propriedade das habitações.

O Banco Nacional de Habitação atuava como órgão central do Sistema Financeiro de Habitação e Urbanismo com intuito de estimular a construção de moradias populares, financiando a aquisição da casa própria afim de eliminar as favelas e gerar emprego através do aumento da indústria da construção civil através da administração do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço ainda realizava a distribuição de créditos para o financiamento de casas e de infra-

⁸ Status quo é uma expressão latina que quer dizer o estado atual das coisas seja em que época for. Não definido necessariamente como um estado ruim

⁹ Banco Nacional de Habitação: foi um banco público brasileiro voltado ao financiamento e à produção de empreendimentos imobiliários, foi extinto em 1986.

¹⁰ Serviço Financeiro da Habitação e do Urbanismo: concentrava-se nas tarefas globais de planejamento, coordenação e supervisão do extinto Banco Nacional de Habitação.

¹¹ O FGTS (1960): citado por representar a principal fonte de recursos para o financiamento das políticas de habitação popular e saneamento.

estrutura urbana. Enquanto que o Serviço Financeiro da Habitação e Urbanismo administrava a assistência técnica e financeira aos Estados e municípios responsáveis pela elaboração dos planos de construção das habitações e infra-estrutura.

[...] o BNH, ao invés de ampliar e democratizar o mercado habitacional para todas as faixas de renda criou um mercado imobiliário dependente dos recursos públicos e assentado em um modelo de urbanização sem urbanidade. (SOARES, 2007 apud ROLNIK, 1997)

Sintetizando o acesso as novas residências vendidas como a inclusão à propriedade privada motivaram a ausência das locações residenciais, gerando nesse percurso certa autonomia financeira nas operações imobiliárias com forte utilização da poupança com a intenção de amenizar os efeitos da inflação, recorrendo aos interessados do setor privado ao BNH que utilizava meios dos estabelecimentos bancários, tanto do setor privado como do público, onde se percebe a centralização dos recursos financeiros e do sistema institucional entre Estados e poderes locais.

Segundo Maricato o período que corresponde de 1964 a 1985, 4,4 milhões de habitações populares foram financiadas pelo Sistema Financeiro de Habitação, com utilização do FGTS, neste período houve o desvio do montante dos empréstimos contabilizados como “área de interesse social” para a aquisição de apartamentos à classe média, sendo que apenas 12,9% dos empréstimos concedidos ao BNH foram destinados a finalidade inicial, no caso para os conjuntos habitacionais.

A casa própria foi difundida, propagandeada, enaltecida, pelo BNH e pelo SFH durante toda sua atuação, de 1964 a 1986. Nenhuma outra forma de produção da moradia fez parte das propostas de governo desde então. É tão forte na sociedade brasileira a divisão entre proprietários e não proprietários que a casa própria constitui um elemento destacado de discriminação social. (MARICATO, 1997, p.50)

A política habitacional brasileira passou por diversas etapas, cada qual direcionada por fatores sócio-políticos de cada período nacional, portanto, torna-se necessário apresentar alguns dos principais governos presidenciais do Brasil, que acrescentaram e ou modificaram as políticas voltadas à habitação a nível nacional, como veremos a seguir.

Em 1920 houve a primeira tentativa do Estado em intervir na questão habitacional, Eptácio Pessoa (1919 - 1922) foi o primeiro nordestino a dirigir a presidência do país por voto direto, e em seu governo promulgou decreto relativo à construção de casas de aluguel voltadas aos operários.

No governo de Getúlio Vargas (1930 - 1945), no ano de 1942 é instituída a Lei do Inquilinato congelando os aluguéis, passando a regular as relações entre locadores inquilinos, também durante este mandato o Brasil dá o seu primeiro passo de intervenção através do Instituto de Aposentadorias e Pensões, com objetivos de promoção da habitação social somente para os associados, construíam conjuntos habitacionais e financiavam moradias isoladas.

Nessa época, o governo propõe, praticamente pela primeira vez, uma política social de habitação, promovida pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões, que em 27 anos (de 1937 a 1964) iriam financiar a construção de 140 mil moradias, a maior parte das quais destinadas ao aluguel. Muita publicidade para uma resposta modesta dos programas públicos de habitação.

[...] Em 1942 foi aprovada uma intervenção radical no mercado imobiliário: a lei de congelamento dos aluguéis. Se ela constitui um alívio a curto prazo para o bolso do trabalhador, a longo prazo redundou em desestímulo à oferta de novas moradias, pois deixava de ser vantajoso ter imóveis como fonte ou complementação de renda. (MARICATO, 1997, p. 36)

O governo Dutra (1946 -1951), direcionou-se a Política Nacional de Habitação, através de um órgão federal na área de moradia: a Fundação da Casa Popular, iniciando a produção estatal de moradias subsidiadas à população de baixa renda que, visava a atender a população que não participava do mercado formal, mesmo criada com a finalidade de centralizar a política de habitação, não foi capaz de atingir as demandas da população de baixa renda no país. No entanto poucas medidas desse gênero foram tomadas estando essas concentradas no Rio de Janeiro, Brasília e Belo Horizonte, nesse mesmo período um decreto coibiu a construção de favelas no meio urbano, em uma verdadeira pedagogia civilizatória, considerando os favelados como pré-cidadãos¹² com visão de caráter higienista.

¹² Pré-cidadãos em nossa pesquisa diz respeito ao cidadão que não está amparado na plenitude de seus direitos.

No governo de Jânio Quadros em 1961, governo que, encontramos um cenário habitacional em crise expressa pela expansão em massa das favelas no Rio de Janeiro, ou mocambos¹³, nas demais regiões do país, que se tornou fonte de preocupação. Apartir daí o Estado passou a desenhar os objetivos da política habitacional, onde a principal inovação consistiu-se no financiamento da casa própria através do desconto do salário mínimo. No ano de 1964, com o golpe de Estado, assim como o projeto de lei criado por João Goulart, que constava as proposta do seminário sobre a habitação e reforma urbana, sobretudo sob visão da classe média e patronato de cunho conservador.No entanto, ao governo interessavam questões como segurança e crescimento econômico, enquanto as políticas sociais ficaram como coadjuvantes, resultando ao acúmulo capitalista baseado na desigualdade e exclusão social.

Trata-se de golpe de Estado, contra grupos de esquerdistas de qualquer tipo, e contra partidários do nacionalismo intransigente. Em linhas gerais, o golpe de Estado castigou toda a espécie de gente, desde seus adeptos até ingênuos trabalhadores, proibindo ao mesmo tempo qualquer mobilização da sociedade, por mais controlada que fosse. Quanto às massas populares, o Estado Autoritário irrompido em 1964 impediu, ou desconfiou de suas solicitações, caso não contassem da plataforma governamental. (VIEIRA, 1995, p. 225)

Já durante a presidência de José Sarney (1985-1990), houve o remanejamento de atribuições entre as unidades do governo federal, resultando na extinção do BNH, em 1986, em meio à crise econômica dos anos 80, a área de habitação passou por um período de desarticulação e desestruturação onde a incorporação das atividades do BNH foram transferidas à Caixa Econômica Federal (CEF), fazendo com que a questão urbana, e a habitacional passassem a depender de uma instituição em que esses temas, embora importantes, fossem objetivos setoriais.

Em 1990, o então presidente Fernando Collor de Mello, em um momento extremamente importante ao país sendo eleito pela primeira eleição democrática após a ditadura militar, adotou em seu governo um perfil

¹³ Mucambo ou mocambo, palhoça ou tejupar são denominações dadas a moradias construídas artesanalmente, muitas vezes de frágil constituição.

neoliberal¹⁴ o que acabou por afetar a política de habitação, adotou-se então o Plano de Ação Imediata (PAIH), cujo objetivo almejava a construção emergencial de aproximadamente 245 unidades habitacionais sobre o prazo de 6 meses, a partir da licitação de empreiteiras privadas, uma ação voltada aos interesses imobiliários, o prazo estabelecido não fora cumprido e sim estendido para 2920 dias, elevando o orçamento e diminuindo a meta para 210 mil unidades.

Assim, a análise histórica da realidade urbana brasileira, observada do ponto de vista das políticas urbanas adotadas, demonstra que, desde a adoção da política do encilhamento, a lógica de subordinar a política urbana e habitacional aos interesses da reprodução das relações capitalistas de produção tem orientado a ação do Estado. Esta lógica tem se demonstrado ao mesmo tempo uma forte fonte de lucro para o capital imobiliário e extremamente incompatível com as necessidades das classes populares, gerando uma sociedade urbana excludente e uma estrutura de cidade fortemente segregada, que tem na falta de moradia uma de suas características principais. (BOTEGA, 1983, p. 71-72)

Após o Impeachment de Fernando Collor em 1992, Itamar Franco (1992-1995), assume a presidência da república onde iniciou uma ação de descentralização e parceria com Estados e Municípios, criando o Fundo de Desenvolvimento Social (lei nº. 8.677), destinando-se ao financiamento de projetos de investimento de interesse social nas áreas de habitação popular.

¹⁴ O neoliberalismo segundo a estudiosa MARRACH torna-se ideologia dominante numa época em que os EUA detêm a hegemonia exclusiva no planeta. É uma ideologia que procura responder à crise do estado nacional ocasionada de interligação crescente das economias das nações industrializadas por meio do comércio e das novas tecnologias. Enquanto o liberalismo clássico, da época da burguesia nascente, propôs os direitos do homem e do cidadão, entre os quais, o direito à educação, o neoliberalismo enfatiza mais os direitos do consumidor do que as liberdades públicas e democráticas e contesta a participação do estado no amparo aos direitos sociais. Representa uma regressão do campo social e político e corresponde a um mundo em que o senso social e a solidariedade atravessam uma *grande* crise. É uma ideologia neoconservadora social e politicamente. Por isso, afina-se facilmente na sociedade administrada dos chamados países avançados, em que o cidadão foi reduzido a mero consumidor, e cresce *no* Brasil e *em* outros países da América Latina, vinculado-se à cultura política predominantemente conservadora. o neoliberalismo parte do pressuposto de que a economia internacional é auto-regulável, capaz de vencer as crises e, progressivamente, distribuir benefícios pela aldeia global, sem a necessidade de intervenção do Estado. Enquanto o liberalismo tinha por base o Indivíduo, o neoliberalismo está na base das atividades do FMI, do Banco Mundial, dos grandes conglomerados e das corporações internacionais. A liberdade que postula é a liberdade econômica das grandes organizações, desprovida do conteúdo político democrático proposto pelo liberalismo clássico. (MARRACH, 1996, p 42.)

destacando nesse breve período a estruturação dos programas Habitar – Brasil¹⁵ cujo a meta era de construir “casas padrões” de 30m² para famílias de baixa renda.

Durante o período do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), houve um grande processo de alteração no Sistema Financeiro de Habitação para mobilizar: empresários, sindicatos, movimentos populares, ONGs, Estados e Municípios; a fim de debater e construir novas diretrizes para a problemática habitacional brasileira.

Através da lei 10.188 de 2001 cria o Programa de Arrendamento Residencial visando o atendimento da necessidade de moradia da população de baixa renda; e a lei 10.257 do mesmo ano, denominada como Estatuto da Cidade que estabelece diretrizes gerais da política urbana, estabelecendo normas de ordem pública de interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

Luís Inácio da Silva (2002-2010), durante sua gestão adotou medidas como o Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC), Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) através da Política Nacional de Habitação, programa que enfatizaremos a seguir.

1.3 A Política Nacional de Habitação (PNH)

No período de 2002 á 2010 ocorreram alguns avanços no que diz respeito à política urbana e habitacional no Brasil, como a criação do Ministério das Cidades¹⁶ em 2003, que agregou as políticas setoriais (urbana, saneamento, habitação, transporte, regularização fundiária).

¹⁵ A página eletrônica da Caixa Econômica Federal (2010) fala que Programa Habitar Brasil - incentiva a geração de renda e o desenvolvimento em assentamentos de risco ou favelas, promovendo melhorias nas condições habitacionais, construindo novas moradias, implantando infra-estrutura urbana, saneamento básico e recuperando áreas ambientalmente degradadas. E a CAIXA é o agente financeiro, técnico, operacional e responsável pela implementação do programa.

¹⁶ Cabe ao Ministério das Cidades segundo a página eletrônica da mesma, combater as desigualdades sociais, transformando as cidades em espaços mais humanizados ampliando o acesso da população à moradia, ao saneamento e ao transporte, criado pelo presidente LULA em janeiro de 2003. Compete tratar da política de desenvolvimento urbano e das políticas setoriais de habitação, saneamento ambiental, transporte urbano e transito. Através da Caixa Econômica Federal, operadora dos recursos, o Ministério das Cidades trabalha de forma

Entrou em cena a Política Nacional de Habitação (PNH) criada em 2004 que orienta estratégias e ações juntamente ao Ministério das Cidades priorizando cidadãos que recebem de 0 a 3 salários mínimos, com o objetivo de atender o direito à moradia individual e coletiva que corresponde as necessidades mínimas de infra-estrutura, transporte coletivo, equipamentos públicos, serviços urbanos e social, baseada nos Direitos Humanos e na Constituição Federal de 1988.

[...] a PNH é “coerente com a Constituição Federal, que considera a habitação um direito do cidadão, com o Estatuto da Cidade, que estabelece a função social da propriedade e com as diretrizes do atual governo, que preconiza a inclusão social, a gestão participativa e democrática”. Nesse sentido, visa promover as condições de acesso à moradia digna a todos os segmentos da população, especialmente o de baixa renda, contribuindo, assim, para a inclusão social.

A formulação e a implementação da nova PNH dependem fundamentalmente de três eixos: política fundiária, política financeira e estrutura institucional. Os aspectos relacionados à construção civil estariam dependentes dessa matriz formada por fatores determinantes. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2009, p. 31)

Com a Política Nacional de Habitação fica instituído que cada município deverá analisar formas para acabar com espaços ociosos e maus utilizados, indicando locais apropriados para construção de moradias de interesse social, buscando recursos e democratizando a gestão das cidades, observando a função social da terra¹⁷ com a intenção de erradicar a especulação da terra urbanizada. Nessa situação, o Estado tem a função de fiscalizar em conjunto com a sociedade, um governo que democratize a participação de vários segmentos. Ou seja, não basta apenas construir casas, mas também realizar um trabalho consciente que atinja o objetivo da Política Nacional de Habitação.

Esse movimento, porém deve observar e obedecer às diretrizes da PNH que consiste em garantir a função social da terra respeitando as ocupações já existentes e visando o direito de permanência, mesmo em assentamentos

articulada e solidária com estados e municípios, além dos movimentos sociais, organizações não governamentais, setores privados e demais setores da sociedade.

¹⁷ O Estatuto das Cidades estabelece que o Plano Diretor seja o instrumento para regulamentar como a função social da terra deve ser cumprida em cada cidade, estabelecendo, por exemplo, mecanismos para a ampliação a oferta de terra urbanizada, inibindo a retenção de solo urbano, incidindo sobre a formação do preço da terra e reservar áreas para habitação social (Ministério das Cidades, 2009).

precários¹⁸, respeitando os vínculos que as pessoas que ali residem criaram naquela região, priorizando a população de baixa renda (até 3 salários mínimos), com urbanização¹⁹ com moradias dignas²⁰, estimulando a participação local beneficiária (integração urbana e regularização fundiária), com atuação organizada, com políticas que corrijam através de regularização fundiária, como por exemplo as favelas para que não se perpetuem, ampliando o acesso a terra urbanizada e habitações adequadas, atuação conjunta com políticas públicas, ambientais e sociais vigentes. Os princípios aqui evidenciados devem respeitar as singularidades regionais com alternativas diferenciadas evitando soluções padrões.

1.5 Sistema Nacional de Habitação (SNH)

O Sistema Nacional de Habitação (SNH) tem o papel de organizar os setores da habitação, reunindo esforços entre o setor público (União, Estado e Municípios) e entre o setor privado como mercados, cooperativas e associações populares a fim de combater o déficit habitacional.

Sua proposta refere-se em integrar ação, articulação e competência dos entes federativos, com a visão de viabilizar programas e projetos, com a aplicação de regras únicas com o intuito de facilitação do processo exposto.

Em 16 de Junho do ano de 2005, o então Presidente da República Luís Inácio da Silva, sanciona a Lei 11.124 criando o Sistema Nacional de

¹⁸ Assentamentos precários segundo o Ministério das Cidades são os cortiços, as favelas, os loteamentos irregulares de moradores de baixa renda e os conjuntos habitacionais produzidos pelo poder público, que encontram-se em situação de irregularidade ou de degradação demandando ações de reabilitação e adequação.

¹⁹ Urbanização segundo a apostila do Ministério das Cidades (página 203) é a consolidação do assentamento com a manutenção total ou parcial da população local. Compreende abertura, readequação ou consolidação de sistema viário, implementação de infra-estrutura completa, reparcelamento do solo (quando couber), regularização fundiária e, quando necessário, a execução de obras de consolidação geotécnica, a construção de equipamentos sociais e a promoção de melhorias habitacionais.

²⁰ Segundo a apostila do Ministério das Cidades (página 203) moradia digna é aquela provida de redes de infra-estrutura (transporte coletivo, água, esgoto, luz, coleta de lixo, pavimentação, telefone); com acesso a equipamentos de educação, saúde, segurança, cultura, lazer, instalações sanitárias adequadas, condições mínimas de conforto e habitabilidade, utilização por uma única família (a menos de outra opção voluntária); e dispondo de, pelo menos, um dormitório permanente para cada dois moradores adultos. Tal conceito serve tanto para a diretriz como para a produção de novas unidades habitacionais de interesse social, como também para a urbanização, regularização e melhorias do estoque de moradias precárias em favelas, loteamentos irregulares de moradores de baixa renda e áreas centrais degradadas.

Habitação de Interesse Social (SNHIS), órgão que deve centralizar todos os programas e projetos destinados à habitação de interesse social.

O Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social²¹ (FNHIS) foi criado somado a mesma Lei 11.124, a fim de centralizar o orçamento destinado aos programas habitacionais do Sistema Nacional da Habitação de Interesse Social, soma os recursos voltados para área habitacional e fixa alguns critérios e obrigações para a utilização dos recursos. Os municípios que pretendem receber os recursos do Fundo devem cumprir alguns requisitos, um deles é a criação de Fundo e Conselho com a apresentação de um plano de habitação municipal de interesse social. A União também tem a obrigação de elaborar um plano de habitação nacional, de forma a compatibilizar e integrar as políticas nacional, estaduais e municipais, possibilitando assim a liberação dos recursos.

A Caixa Econômica Federal opera os programas habitacionais com recursos advindos do FGTS e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e quando necessário do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social para os beneficiários, realizando a devida análise de risco dos beneficiários que utilizam o FGTS, fiscalizando as verbas destinadas à programas sociais.

O Sistema Nacional de Habitação é dividido com a finalidade de prover habitações, sendo o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social: voltado aos cidadãos com renda de zero a três salários mínimos e o Sistema Nacional de Habitação de Interesse de Mercado (SNHM), a quem tem renda acima de três salários mínimos diferenciando as formas de pagamento de acordo com a análise de cada renda familiar.

O Ministério das Cidades é responsável pelas: diretrizes, prioridades, estratégias e instrumentos das políticas articuladas da área habitacional: Política Nacional de Habitação (PNH), do Sistema Nacional de Habitação (SNH) e das demais políticas setoriais a respeito da infra-estrutura social das cidades; sendo o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) orientado pelas diretrizes da Política Nacional da Habitação (PNH).

²¹ Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS): com objetivo de somar todos os recursos para ações em habitação, nos três níveis de governo, e direcioná-los para o atendimento às famílias de baixa renda, tornando-se necessário instituir o Conselho Gestor voltado à habitação de interesse social.

O Ministério das Cidades, criado em 2003, tornou-se o órgão coordenador, gestor e formulador da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e que inclui a Política Nacional de Habitação (PNH), estabelecendo-se um novo modelo de organização institucional, baseado em um sistema de habitação [...]

Em relação aos programas e as fontes de recursos ocorreram alterações importantes, com a ampliação da alocação de recursos não onerosos, buscando ampliar o atendimento tanto no âmbito do FGTS, quanto por meio de recursos do OGU (Orçamento Geral da União), com os quais foi possível ampliar as obras em assentamentos precários. [...] Outro pilar da política se coloca na construção de instâncias de participação e controle social da política urbana configurada nos vários conselhos e na montagem das conferências de habitação [...] (BONDUKI, 2007 p.12)

1.6 Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)²² e Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)²³

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) criado em 28 de janeiro de 2007, visa estimular o crescimento da economia através do investimento em obras de infra-estrutura, propõe a construção de um milhão de casas populares nos próximos anos bem como a expansão da rede de saneamento básico, das rodovias, ferrovias, etc. O investimento do PAC é oriundo do orçamento do governo federal bem como de empresas estatais.

Como ferramenta para alcance da proposta da construção de casas populares pelo PAC em 25 de Março de 2009 é criado o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) para o atendimento específico ao público que não possui imóvel, levando em consideração a faixa salarial sem exigência de comprovação em carteira de trabalho. Todavia os incentivos diferem de acordo com os rendimentos declarados no ato da inscrição, rendimentos estes que podem ser de zero a três salários (renda até R\$ 1.395,00) reserva-se a essa

²² PAC: criado em 28 de janeiro de 2007, é um programa do governo federal brasileiro que engloba um conjunto de políticas econômicas, planejadas que tem como objetivo acelerar o crescimento econômico do Brasil, prevendo investimentos em infra-estrutura, em áreas como saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos, entre outros.

²³ O programa Minha Casa, Minha Vida teve seu lançamento dia 25 de Março de 2009, visa atender as necessidades de habitação da população de baixa renda nas áreas urbanas, garantindo o acesso à moradia digna com padrões mínimos de sustentabilidade, segurança e habitabilidade.

demanda 400 mil unidades, de zero a seis salários (renda até 2.790,00) reserva-se 200 mil unidades e de seis a dez salários (renda até R\$ 4.650,00) reserva-se também 200 mil unidades habitacionais.

No total R\$ 34 bilhões estão sendo investidos no programa, sendo que o governo federal realizou a redução dos materiais de construções e também as taxas de juros com a intenção de estimular a construção civil e conseqüentemente reduzir os custos da casa própria. Segundo o cálculo realizado pela Caixa Econômica Federal o programa gerará 3,5 milhões de empregos distribuídos nos anos de 2009, 2010 e 2011.

Além da construção das unidades habitacionais de cunho social o programa tem como estratégia “encarar” a crise econômica internacional que diz respeito à geração de emprego e renda alavancando o crescimento da economia do país, vista a redução do déficit habitacional.

Em referencia ao Estado de São Paulo na proposta, este será contemplado com 184 mil unidades, ou seja, 18% do montante nacional, prevendo a participação dos demais estados e municípios. Observando que a cidade contemplada deve apresentar a contrapartida no que se trata aos recursos financeiros, doação de terrenos, infra-estrutura, redução de tributos e realizando o cadastramento da demanda estipulada pelo programa.

O Programa Minha Casa, Minha Vida vem sendo analisado por muitos críticos como um programa populista, que não visa à qualidade de vida dos brasileiros mais sim visa à promoção eleitoral do atual governo, Raquel Rolnik²⁴ afirma que a crítica ao PMCMV é referente á qualidade dessas moradias²⁵ com relação à acessibilidade de infra-estrutura e serviços públicos, como escola, hospitais, transporte, lazer...

A primeira consideração que temos que fazer é definir o que é casa boa. Então, acho melhor definir isso como moradia adequada. O que é isso? Não é só a casa com parede, teto, banheiro com azulejo. A moradia adequada é um lugar a partir do qual o cidadão passa a ter satisfeitas as necessidades

²⁴ , Raquel Rolnik é arquiteta e urbanista da Universidade de São Paulo (USP), ex- secretária do Ministério das Cidades se tornou relatora especial para o Direito à Moradia da Organização das Nações Unidas (ONU).

²⁵ Para a autora ABRAMIDES (1987) a casa é considerada a maior aspiração da população brasileira, constatando-se também uma correlação entre a propriedade da habitação e atitudes políticas conservadoras.

básicas e fundamentais de subsistência nas cidades com dignidade. Então, isso significa estar em um lugar que permita ter espaço público, lazer, escola, saúde, empregos e, também, que permita andar livremente e com segurança. (ROLNIK, 2008).

O retorno do investimento das políticas públicas da área habitacional voltada ao público de baixa renda nos últimos anos pode ser analisado como um avanço, tendo em vista o histórico das políticas habitacionais no Brasil, pois dentre as muitas necessidades que estão enraizadas historicamente na base da população de baixa renda (saúde, educação, transporte,...), a questão da moradia vem sendo incluída nos últimos anos em projetos que visam o crescimento econômico e de infra-estrutura do país. A escassez de moradia ao público de baixa renda deve ser analisada como um dos fenômenos oriundos da expansão do desenvolvimento capitalista.

A política estatal provocou, também, profundas alterações no mercado de terras no Brasil, sofrendo esta uma assustadora elevação de preços, passando a ser apropriada prioritariamente como reserva de valor e não necessariamente voltada para a produção. (IAMAMOTO, 1998 p.156.)

Constatando através de análise histórica às políticas habitacionais brasileiras a ineficácia da efetivação destas políticas à população de baixa renda, com base nesse estudo afirma-se a necessidade de intervenções públicas que promovam de fato a garantia ao acesso a habitação de interesse social, tornando-se evidente que a questão da moradia não é um problema isolado e sim uma característica da realidade coletiva da população brasileira, que reflete por sua vez que sem ações políticas esse cenário dificilmente será reversível as massas.

A penúria da moradia para os operários e para uma grande parte da pequena burguesia de nossas grandes cidades modernas, não é mais do que um dos inumeráveis males menores e secundários originados pelo atual modo de produção capitalista. (ENGELS, 1887 apud ABRAMIDES, 1981)

CAPÍTULO II

2. ESTÂNCIA TURÍSTICA EMBU DAS ARTES

O município de Embu das Artes está localizado a oeste da cidade de São Paulo, a uma distância de 27 km da Praça da Sé (marco zero da cidade). Sua extensão territorial totaliza-se em 45, 60 km, fazendo divisas com os municípios de Taboão da Serra, Itapeverica da Serra, Cotia e São Paulo.

Sob a lei Estadual nº 5.121 de 21/12/1958 foi criada enquanto unidade administrativa, conquistando sua emancipação do município de Itapeverica da Serra em 18/02/59 através da lei 5.285/59, suas características predominantes são seus 40 km² de território municipal de área de manancial, ou seja, segundo Sumário de Dados-Emplasa (1994) 59% da cidade em questão está localizada em áreas de proteção aos mananciais.

A parte mais marcante da história do município se refere a sua relação com as artes. Os padres jesuítas e os índios guaranis foram os primeiros artistas locais por volta do século XVII, a partir da construção das igrejas jesuítas, da escultura dos santos de madeira, das pinturas. Esta cultura de arte barroca em madeira, foi demonstrada ao mundo através do artista Cássio M'Boy que em 1937 ganhou o grande prêmio na Exposição Internacional de Artes Técnicas de Paris, trazendo visibilidade artística ao então Município de Embu, que se tornou uma escola para grandes artistas se aprofundarem no estilo de arte barroco, nomes como: Anita Malfatti, Tarsila do Amaral, Oswald de Andrade, Menotti Del Picchia.

Já reconhecida através de seus artesãos locais na década de 40 o município foi considerado patrimônio nacional e restaurado pelo SPHAN²⁶ (atual IPHAN²⁷ - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional); em meados da década de 60 o município se torna um grande centralizador da cultura hippie, onde artistas locais e artesãos hippies passaram a freqüentar a cidade nos finais de semana e a expor seus trabalhos nas ruas centrais, ao

²⁶ Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional atual IPHAN.

²⁷ O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é uma autarquia do Governo do Brasil, vinculado ao Ministério da Cultura, responsável pela preservação do acervo patrimonial, tangível e intangível, do país.

lado das artes da terra. Assim surgiu a Feira de Artes e Artesanato que a partir de 1969 se realiza todos os fins de semana. O sucesso dessa feira, procurada por visitantes de todo país e até mesmo de estrangeiros, faz florescer um comércio permanente de lojas de artesanato e galerias de arte, antiquário e móveis rústicos que movimentam a economia local até os dias atuais.

As principais atividades econômicas concentram-se na indústria, agricultura, turismo e comércio, no ano de 2010 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revela que a população do município de Embu das Artes é de 240.007 habitantes, sendo que 123.435 do público é do gênero feminino e 116.572 do gênero masculino.

2.1 Características Habitacionais: Demanda Habitacional.

Dentro das necessidades habitacionais extraímos os dados gerais das características urbanas do município tendo como base a pesquisa do IBGE e a Fundação João Pinheiros (2007), os quais mostram que de 61.917 domicílios urbanos localizados em Embu das Artes o déficit habitacional concentra-se em 5.238, o equivalente a 9,89%, compõem essa estimativa 800 domicílios improvisados (15%), 1873 famílias conviventes²⁸ (3,54%) e 487 domicílios rústicos (0,92%).

O município de Embu das Artes possui um cadastro de demanda habitacional, cujo número de famílias cadastradas segundo a última atualização realizada em 2009 é de aproximadamente 13.000 munícipes. Em contrapartida, a população já beneficiada por programas habitacionais soma-se 5.231 num total de 14 áreas (bairros) levantadas.

O Plano Municipal de Habitação de 2004 também possui informações específicas quanto ao déficit habitacional local, observando a existência de 101 núcleos de favelas: 23 em áreas particulares e 78 em áreas públicas; 07 loteamentos irregulares²⁹ (aprovados na prefeitura, mas sem registro de

²⁸ O IBGE ilustra famílias conviventes como uma terceira família nuclear (um irmão ou primo com o respectivo cônjuge ou filho) morando sob o mesmo teto, então, teríamos uma terceira família convivente (mesmo sendo parente próximo), e assim por diante.

²⁹ A lei define como loteamento irregular aquele cujo projeto, depois de ter sido aprovado pelos órgãos do governo estadual e municipal, apresenta na fase de execução alteração não autorizada, atrasos ou inexecução de obras necessárias deixando de preencher os requisitos exigidos previamente.

imóveis); 24 loteamentos clandestinos³⁰ (sem aprovação da prefeitura e do registro de imóveis); 10 desmembramentos clandestinos (sem aprovação da prefeitura e do registro de imóveis).

A respeito das Zonas de Interesse Social (ZEIS)³¹ está previsto no Plano Diretor do município em questão, a delimitação da participação de um representante de cada secretaria da prefeitura, mesmo que esta não esteja diretamente ligada a habitação, em especial apontamos a secretaria do meio ambiente que tem a atribuição direta de projetos de melhoria habitacional pois visam a reestruturação ecológica e a preservação do meio ambiente a fim de defender a qualidade de vida das presentes e próximas gerações.

A delimitação da ZEIS por cada município está orientada dentro do Estatuto das Cidades, e este preconiza que cada município realize o levantamento das zonas e os critérios de utilização de cada área, principalmente para o público de interesse social visando que os espaços ociosos não sejam alvo de exploração imobiliária. As ZEIS já delimitadas em áreas somam um território total de 2,13 km² do município em questão, considerando que existem ainda doze áreas vazias em uma delimitação de 0,82 km² que ainda demanda projetos.

2.1.1 Plano Diretor

A partir da Lei complementar nº 72 de 23 de dezembro de 2003 entrou em vigor o Plano Diretor de Embu das Artes, o qual estabelece os objetivos, diretrizes e estratégias das políticas públicas municipais e diretrizes gerais da política de desenvolvimento urbano e rural. Em seu texto é possível verificar a preocupação com o desenvolvimento da cidade:

³⁰ O loteamento clandestino é feito por pessoas que não são donas da área que foi loteada, não pode ser regularizado, pois é um ato criminoso.

³¹ ZEIS – Zona Especial de Interesse Social são áreas vazias e/ou ocupadas, o Ministério das Cidades recomenda que os assentamentos precários do tipo de favelas, loteamentos irregulares e cortiços, sejam delimitados como ZEIS para promover a sua regularização fundiária, essa delimitação permite a execução de projetos urbanísticos especiais e procedimentos diferenciados de licenciamento, possibilitando assim o reconhecimento de posse de seus ocupantes.

§ 1º - É objetivo da Política Urbana ordenar o pleno desenvolvimento das funções Sociais da Cidade e o uso socialmente justo e ecologicamente equilibrado e diversificado de seu território, assegurando o bem estar equânime de seus habitantes, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente.(Lei Complementar nº 72, 2003.)

O Estatuto das Cidades³² determina que o plano diretor seja o instrumento para regulamentá-la de qual maneira que a função social da terra seja respeitada em cada município. Em seu conteúdo deve orientar mecanismos para aumentar a oferta da terra já urbanizada, impedir a retenção de terra urbana, de decidir sobre o preço da terra e sob as reservas de áreas para habitação social.

O Ministério das Cidades (2009) explica que o Plano Diretor deve ser pensando de forma que possibilite a sua auto-aplicação, para que assim não fique associado a questões burocráticas como, por exemplo, de regulamentações, existe também a recomendação por parte do ministério, que as indicações dos projetos urbanísticos estejam voltadas as delimitações das ZEIS.

O Plano Diretor pode delimitar e regular as ZEIS ou pode indicar a necessidade de elaboração de uma lei específica com essa finalidade. [...] Além do mais, as ZEIS em terrenos vazios ganham um caráter mais estratégico se forem delimitadas no corpo do plano, podendo contribuir com a formação de estoque de terras para a provisão habitacional e para conter a especulação fundiária, facilitando o acesso das famílias de baixa renda à habitação. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2009, p. 25)

2.1.1.1 “Atores Sociais”: Movimentos e Organizações populares de moradia.

Apresentaremos então as características habitacionais do município de Embu das Artes destacando seus diversos atores envolvidos com a questão.

³² O Estatuto das Cidades foi regulamentado como a lei nº10.257 10 no ano de 2001 determinando à todos os municípios do país a criação de planos diretores em até cinco anos após criação desta lei, do contrário os municípios sofreriam pena de improbidade administrativa.

A política direcionada à área habitacional do município possui dois setores responsáveis, sendo a Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedu) e a Companhia Pública Municipal Pró Habitação. Existem também as secretarias que atuam em interface com o segmento habitacional:– Secretaria de Obras que é responsável pela fiscalização das obras e do controle urbano; Secretaria do Meio Ambiente responsável pela aprovação de algumas obras em áreas de preservação ambiental, educação ambiental, laudos e acompanhamento de resíduos sólidos, reciclagem, agricultura urbana; Secretaria de Participação Cidadã responsável pelos conselhos, orçamento participativo, políticas de inclusão social voltadas a gênero, raça, trabalho e renda; Secretaria de Assistência Social responsável pelos programas sociais e atendimento emergencial junto à defesa civil e Secretaria de Serviços Urbanos que também atua em conjunto com a defesa civil na realização de pequenas obras.

Em relação aos conselhos criados e regulamentados no município, apontamos o Conselho de Desenvolvimento Urbano e Habitacional criado através da lei nº 2303 de 2008, o Conselho Gestor de Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (ambos ainda não ativos), assim como o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, o qual também ainda não está em vigor.

Quanto aos atores sociais atuantes no setor habitacional identificamos a Vila das Artes, Crisálida, Grupo de Moradia Mulheres em Ação, União Força e Terra, Casa Nossa, Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) e Boa Esperança, estes pertencentes ao movimento de moradia, tendo um papel muito importante junto à comunidade local no levantamento de discussões também voltadas para a questão da moradia através de reuniões, e ao mesmo tempo junto à prefeitura propondo e conhecendo projetos existentes para cada bairro.

Ao que diz respeito às organizações não governamentais (ONGs), entidades e sindicatos envolvidos com a questão da habitação no município, podemos relacionar respectivamente a Sociedade Ecológica, cuja missão está voltada ao espaço socioambiental, cultural e econômico do município, através de projetos que viabilizem a reestruturação dos municípios a partir de atividades participativas, educativas e visando a conservação, recuperação e defesa do meio ambiente; a Associação dos Arquitetos e Engenheiros do Embu e o

Sindicato dos Químicos os quais atualmente visam projetos de preservação ambiental.

Partindo para o âmbito do poder público federal encontra-se a Caixa Econômica Federal e o Ministério das Cidades, e no poder público estadual a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU).

2.2 Campo de Pesquisa

Antes de apresentarmos o campo de pesquisa, evidenciaremos as secretarias que trabalham diretamente com a população de interesse social no município em questão. Inicialmente, citaremos a Companhia Pública Municipal Pró Habitação, companhia que consiste em urbanizar favelas cujo terreno é de propriedade municipal, realizando a construção de moradias verticais ou de casas sobrepostas, e quando necessário a realização de pequenas obras de infra-estrutura como, por exemplo, pavimentação, alargamento das ruas, separação do esgoto das águas pluviais, canalização de córregos, iluminação pública e água encanada. Após a urbanização, a segunda etapa do trabalho é a regularização fundiária, através do título de Concessão de Uso Especial de Moradia ou Concessão do Direito de Uso³³.

Já a Companhia Pública Pró Habitação trabalha especificamente em áreas públicas que necessitam de intervenção por diversas finalidades como, por exemplo, necessidade de remoção por obra pública por estarem inseridas em área de risco, por enchente, desabamento de encostas, incêndio, etc. O público alvo da instituição são famílias residentes nas diversas áreas públicas do município, que necessitam de intervenção, por riscos e por necessidade de obras, bem como áreas cadastradas (cadastro PAC e PMCMV) para intervenção.

A Companhia Pública Pro Habitação também é responsável pelo gerenciamento e pagamento do aluguel social cuja finalidade é atender, em

³³ A Concessão de Uso Especial de Moradia ou Concessão do Direito de Uso é prevista na Lei 2.220 que institui que o imóvel público urbano com área de até duzentos e cinquenta metros quadrados, para provimento temporário de necessidade de moradia de usuário e de sua família, que lhe detém posse quinquenal, ininterrupta e sem oposição até 30 de junho de 2001, concede, portanto o direito ao uso e não ao domínio da propriedade.

caráter de emergência e de forma provisória, algumas situações específicas como incêndios, áreas de risco iminente, espalhadas pelo município, delimitadas no mapeamento de risco elaborado pela companhia, remoção para andamento de obras de urbanização e regularização pela companhia ou pela prefeitura. O critério de pagamento tem finalidades previstas, para pessoas que realmente não possuem nenhuma alternativa de abrigo temporário ou condição de pagar aluguel por conta própria. O valor atual para o aluguel social tem sido de R\$ 300 reais por mês por família. Vale lembrar, também, que o recurso para pagar os aluguéis sai do custeio da Companhia Pública Pro Habitação, ou seja, não há recurso específico para isso.

Quanto às “casas de aluguel” essas só podem ser casas de área particular, com escritura ou contrato de compra e venda no nome do proprietário ou cópia de carnê do IPTU, também no nome do proprietário.

Faz-se necessário também evidenciar a Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDU), criada em 2009, que tem por finalidade promover a qualificação e requalificação urbana, através do planejamento das ocupações físicas e o aproveitamento das infraestruturas existente no território em questão, vistas ao desenvolvimento tanto econômico como social e na qualidade de vida dos munícipes.

Entre as principais atividades da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDU) relacionamos segundo a publicação do site do município³⁴ a coordenação e a elaboração da Lei do Plano Plurianual³⁵, e a seguir as suas responsabilidades junto ao Governo Municipal:

- Implementação de programas de incentivo ao fim da pobreza e da exclusão social através de promoção da Economia Solidária³⁶ do gerenciamento da implementação do Plano Diretor e complementares; elaboração e implantação do Plano de Desenvolvimento Urbano, em consonância com o Plano Diretor e a política ambiental;

³⁴ Site da Prefeitura do Município de Embu das Artes: <http://www.embu.sp.gov.br/>.

³⁵ Segundo a prefeitura de São Paulo o Plano Plurianual - PPA é uma lei de iniciativa do Poder Executivo que estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração pública estadual para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Em consonância com o que dispõe a Constituição Federal.

³⁶ Economia solidária é uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano e não do capital. Tem base associativista e cooperativista, e é voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços de modo autogerido.

- Coordenação de medidas que visem à regularização fundiária; a análise e planejamento; no planejamento, coordenação, orientação e fiscalização da execução de projetos de obras públicas executadas por terceiros;
- Desenvolvimento de projetos provenientes de estudos anteriormente efetuados pelos demais órgãos da municipalidade³⁷;
- No levantamento e fornecimento de elementos técnicos para a realização de processos licitatórios;
- Promoção de políticas para o desenvolvimento econômico e social sustentável do município; na promoção política a fim de atrair, manter e criar empreendimentos que gerem empregos, renda e recursos para investimentos que promovam a qualidade de vida;
- Promoção de política que tornem o município pólo e referência de consumo, lazer e serviços para os habitantes da região, na formulação da política de fomento e desenvolvimento econômico, em acordo com as diretrizes de governo, que objetivem incrementar a atividade econômica na cidade, por meio de parceria com a iniciativa privada, organismos financeiros nacionais e internacionais;
- Coordenação de outras atividades destinadas à execução de seus objetivos.

Vejamos a seguir a apresentação do campo de pesquisa.

2.2.1 Jardim Castilho

O bairro Jardim Castilho localiza-se na região do Jardim São Luis, a leste do município de Embu das Artes fazendo divisa com Taboão da Serra. Tem como principais vias de acesso à Avenida João Paulo I que faz a ligação com a região central do município e com a BR 116, a Avenida Rotary que faz a ligação com os bairros Parque Pirajussara, a oeste, Taboão da Serra a leste e Jardim Santa Teresa mais ao sul.

O processo de ocupação do bairro Jardim Castilho, ocorreu de forma semelhante à grande parte das favelas brasileiras, decorreu do assentamento

³⁷ Municipalidade é o conjunto dos indivíduos eleitos para gerirem os negócios municipais, de interesses coletivos.

irregular para fins habitacionais em áreas públicas destinadas a sistemas de lazer ou uso institucional em loteamentos populares, implantados a partir do final dos anos 60.

O campo de pesquisa aqui denominado bairro Jardim Castilho, é remanescente dos loteamentos Jardim São Luis e Jardim Castilho, e os dados que serão apresentados foram obtidos da pesquisa realizada pela Companhia Pública Municipal Pró Habitação em 2003 para levantamento de dados para o Programa de Urbanização – Regularização e Integração de Assentamentos Precários, o projeto remanejou famílias identificadas em domicílios em área de risco, onde o número total de domicílios pesquisados (2002) foi de 554 totalizando um total de 1949 pessoas, (média de 3,9 habitantes por domicílio).

Através desta pesquisa os aspectos ambientais do bairro apresentaram degradação decorrentes do processo de ocupação da região tanto pelas favelas, quanto pelos loteamentos anteriormente implantados, os impactos mais negativos na qualidade de vida da população estão relacionados à inexistência de sistemas de saneamento e coleta adequada de lixo que trazem como consequência o lançamento de esgoto doméstico e lixo no córrego que corta o bairro de ponta á ponta. A pesquisa realizada pela Companhia Pública Pró Habitação destacou que 84,41% dos residentes do Jardim Castilho lançavam o esgoto a céu aberto tornando o ambiente passível de ratos e diversas doenças que se proliferavam em períodos de enchentes no bairro.

Referente à educação, foi localizada há um raio de 200 metros do bairro, a escola municipal Escola Municipal de Ensino Infantil Jatobá (EMEI), com uma capacidade de atendimento de 325 alunos em idades de 05 a 08 anos, no ensino infantil também são atendidos nesta escola 60 alunos pelo EJA (Educação de Jovens e Adultos); para atendimento do ensino fundamental, a Escola Estadual Brasilina Valente que atende criança de 1º a 4º série no ensino regular, com capacidade para 710 alunos. Com relação ao ensino fundamental a Escola Estadual Edi Wilson Gonzaga atendendo crianças de 5º a 8º série no ensino regular e realizando ensino de suplência. Até o período da pesquisa o ensino médio estava sendo oferecido pelo Município de Taboão da Serra sendo este divisa com o Município da Estância Turística Embu.

Ainda segundo a mesma pesquisa, preocupante foram os indicadores de analfabetismo, 35% dos moradores acima dos 15 anos declararam não saber ler nem escrever, 6% dos entrevistados declaram ter cursado até a 4^a série do ensino fundamental, 32% cursaram de 5^a a 8^a série, cerca de 16% dos moradores cursaram o ensino médio sendo que somente metade deste montante chegou a concluir . Com relação ao ensino superior de 1949 pessoas pesquisadas 112 (9,90%) moradores cursaram o curso superior, e somente 59 haviam concluído o ensino superior.

Na área da saúde, o bairro Jardim Castilho é atendido pela Unidade Básica de Saúde do Jardim São Marcos, sendo que essa pode ser facilmente acessada a pé, o bairro ainda conta com a unidade CASF (Centro de Atendimento a Saúde da Família) e em geral utiliza o Hospital Geral de Pirajussara que faz fundos com o bairro.

Quanto ao abastecimento de água no período da pesquisa realizada pela Pró-Habituação, a Sabesp atendia cerca de 47% dos domicílios, o abastecimento das demais residências era feita através de ligações clandestinas representando 28,90% ou emprestadas dos vizinhos somando 23,57% dos residentes do bairro em questão.

Com relação à distribuição de energia elétrica 50,95% das casas pesquisadas possuíam ligação direta do poste; 13,88% utilizavam dos vizinhos e somente 34,79% das casas utilizavam energia elétrica através dos chamados Kits Eletropaulo individuais ou coletivos.

Grande parte das casas do bairro Jardim Castilho encontram-se implantadas ao longo das margens do córrego, sujeitando-se a situações de risco por enchentes e solapamento das margens que somados a alta densidade habitacional, até o ano de 2003, eram 154 moradias por hectare, tornando precárias as condições de salubridade e de infra-estrutura.

Na ocasião da pesquisa realizada pela Pró-Habituação com relação à distribuição da população segundo o sexo, havia uma ligeira predominância da população feminina com 51% sobre a masculina (49%). Na distribuição da população residente segundo as faixas etárias, a população com idade até 14 anos representou 35% do total e os jovens 14 até 24 anos representaram 19,60%. Esses dados indicavam a necessidade de um forte direcionamento do

trabalho social ao público jovem, sendo que a média entre 25 e 64 anos representou 43,45% do universo pesquisado.

Um cadastramento realizado, após a pesquisa, confirmou a constatação de uma situação de pobreza extrema no bairro do Jardim Castilho, apontando renda média familiar de 1,9 salários mínimos para cerca de 35% das famílias; de 02 a 03 salários mínimos para cerca de 20,2% das famílias; superiores a 03 salários cerca de 21,10% e somente 05% das famílias residentes possuem rendimentos superiores a 05 salários mínimos.

A análise geral indicou que 78,9% das famílias possuem rendimentos inferiores a 03 salários mínimos e quase 24% do total possuem rendimentos inferiores a 01 salário mínimo.

Os dados analisados foram extraídos da pesquisa realizada entre os meses de Dezembro de 2005 e Janeiro de 2006 para realizar o cadastramento das famílias do Bairro Jardim Castilho. O cadastramento se deu a partir da necessidade de remoção das famílias residentes em áreas de risco (principalmente por deslizamento de terra), sendo que o recurso utilizado para o projeto é advindo do Orçamento Geral da União (OGU) e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), realizado por uma equipe multidisciplinar da Prefeitura de Embu das Artes com técnicos das Secretarias de: Cidadania, Saúde e da Companhia Pró-Habitação.

Frente às informações apresentadas é possível evidenciar o bairro Jardim Castilho como território em área de risco, e o nosso interesse não se dá somente pela mudança de infra-estrutura do bairro, através do reassentamento de famílias de interesse social, mas também evidenciar a importância destes projetos urbanísticos e habitacionais para qualidade de vida familiar também como forma de inclusão social de um grupo local como o bairro Jardim Castilho. Há também a ânsia, sobretudo de ressaltar a experiência do profissional de Serviço Social no relacionamento com as famílias sujeitas à vulnerabilidade e exclusão social.

2.3 Metodologia

Em janeiro de 2011, consagramos a pesquisa de campo, realizada no bairro Jardim Castilho, localizado no Município de Embu das Artes. Em 2003 a Prefeitura Municipal iniciou o “Programa de Urbanização - Regularização e Integração de Assentamentos Precários”³⁸, juntamente com a Companhia Pública Pró Habitação e realizou o levantamento e o reassentamento de famílias localizadas em área de risco deste bairro, um dos fatores que nos fizeram aplicar tal pesquisa neste bairro e com membros destas famílias.

Entrevistamos 10 moradores reassentados³⁹ em projetos de habitação de interesse social, que foram sujeitos de intervenções urbanísticas, e com o Assistente Social que trabalhou no projeto habitacional e urbanístico no bairro em questão, os sujeitos da pesquisa são maiores de idade, porém não houve delimitação de gênero.

Para uma aproximação ao universo dos usuários dos serviços de assistência, é fundamental, portanto, que se considere a diversidade interna das classes subalternas, seus limites, fragilidades e sua força como construtivos de sua própria condição de classe. (YAZBEK, 1996, p.70)

O enfoque desta pesquisa foi de estudo qualitativo, pois teve um caráter descritivo - um roteiro estruturado, com perguntas abertas para facilitar o diálogo, cujo objetivo central é analisar se os usuários entendem o acesso a casa própria como uma forma de inclusão social, bem como qual análise o Assistente Social faz de sua atuação na área habitacional e no processo de reassentamento do Jardim Castilho, levando em consideração nossa preocupação quanto ao significado que estes sujeitos dão as coisas e as suas vidas.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser qualificado. Ou seja, ela trabalha

³⁸Segundo site da Caixa econômica Federal O Programa Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários têm por objetivo promover a urbanização, a prevenção de situações de risco e a regularização fundiária de assentamentos humanos precários, articulando ações para atender as necessidades básicas da população e melhorar sua condição de habitabilidade e inclusão social.

³⁹O reassentamento é analisado aqui através da definição do Ministério das Cidades como: alteração do local de moradia de famílias, implicando na sua remoção para outro terreno, fora do perímetro da área da favela ou assentamento precário que está sendo urbanizado.

com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994, p. 22)

Assim, com o interesse em significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes relacionais, esta pesquisa apresenta uma análise através do método dialético buscando uma forma de pensar a realidade em constante mudança por meio de termos contrários como refere - tese, antítese e síntese – dando origem a um terceiro momento, que os concilia.

[...] a dialética se desenvolve como sendo um método de pesquisa que busca a verdade, por meio da formação adequada de perguntas e respostas até atingir o ponto crítico do que é falso e do que é verdadeiro. (OLIVEIRA, 2002, p. 67)

Com este método abrangemos a possibilidade de aqui utilizar uma forma de buscar a “tese” dos sujeitos considerando a totalidade a qual estão inseridos, para que possam conhecer e reconhecer o contexto que o cerca. Pensando o movimento, a realidade em movimento.

A vantagem de posturas dialéticas está precisamente em colocar o questionamento não apenas no método, mas igualmente na própria realidade, até porque a ideologia não aparece só no sujeito, mas na realidade como tal por ser histórica e prática. Não somente o método é dialético, sobretudo a realidade é dialética na substância. Por isso, nela mesma se elabora o contrário, que leva à superação histórica. (DEMO, 1996, p.120)

Os moradores do Jardim Castilho apresentam as características que são relevantes ao tema estudado, nossa intenção a partir da utilização da pesquisa qualitativa com análise sob abordagem metodológica dialética, foi realizar uma pesquisa no bairro a fim de expor, analisar e valorizar as vivências e pontos de vista dos moradores reassentados e do profissional do Serviço Social, realizando uma entrevista focalizada⁴⁰ para com o último sob seu trabalho na área de habitação de interesse social do município e do bairro em questão,

⁴⁰ A Entrevista focalizada trata-se de uma conversa sobre um tema específico e exige do entrevistador bastante habilidade e sensibilidade para que o mesmo permita que o tema da conversa se desvie do tema original.

visando conhecer as principais dificuldades da intervenção profissional com o público de interesse social na área na busca em uma aproximação da compreensão dos objetivos propostos nesta pesquisa.

O método dialético visa abordar os fenômenos sem isolamento, analisando os fenômenos que o cercam, portanto se torna necessária sua utilização em nossa pesquisa, pois buscamos conhecer e reconhecer o contexto que envolve e cerca nossos sujeitos de pesquisa, através da recuperação das trajetórias e vivências.

Nossa busca por famílias que sofreram intervenção social em projeto urbanístico e habitacional no bairro Jardim Castilho se deu no início do mês de Janeiro de 2011, entramos em contato via e-mail com uma das moradoras dos novos conjuntos habitacionais construídos no bairro, marcamos inicialmente um encontro com a moradora Ma que de início era nosso único contato (este contato foi obtido e preservado em nosso campo de estágio, pois já nos interessávamos pelo tema em questão), neste encontro marcado pela moradora em um de seus dias de folga no meio de semana, fomos autorizadas a comparecer em sua residência o que nos possibilitou maior envolvimento com o campo de pesquisa, podendo estar próximas de tudo que evidenciamos e analisamos através da pesquisa citada no capítulo anterior

Fomos muito bem recebidas, nos apresentamos como ex-estagiárias do trabalho social na área da habitação desenvolvido no projeto de reassentamento e neste momento ela se recordou de nossa presença no bairro durante a intervenção que ocorreu com as famílias reassentadas, e tratamos então de evidenciar nosso objetivo de pesquisa e lhe apresentamos o termo de consentimento bem como a autorização individual de pesquisa, onde Ma se mostrou totalmente interessada e se tornou nossa porta de acesso aos outros moradores (sujeitos da pesquisa) deste mesmo conjunto habitacional.

Continuamos mantendo contato com a mesma por e-mail e telefonemas, onde ela marcou um novo encontro uma semana depois, desta vez num final de semana onde ela nos levou nos apartamentos de seus vizinhos e nos sobrados das pessoas que também foram beneficiadas pelo programa para que pudéssemos nos apresentar e convidá-los a participar de nossa pesquisa.

Este encontro ocorreu em um sábado, e era nítida a maior movimentação de pessoas no bairro com Ma que nos levou em nove casas nas

quais ela já havia avisado sobre nossa visita e sobre nosso interesse em pesquisá-los, e, a cada casa que chegávamos iniciávamos o procedimento de apresentação pessoal e dos objetivos da pesquisa, perguntávamos se havia interesse em participação, fazíamos a leitura do termo de consentimento e assinatura da autorização individual de pesquisa. Para nosso espanto todos os nove moradores a nós apresentados foram receptivos e nenhum se negou a responder qualquer questão.

Terminamos a primeira parte da pesquisa, com total entusiasmo, pois todos que participaram fizeram questão de expressar sua opinião sobre o reassentamento e sobre o trabalho social realizado por um profissional do Serviço Social. E como já citado em momento algum, os participantes da pesquisa demonstraram qualquer tipo de recusa, deixando-nos com mais vontade para analisar os dados coletados.

Buscamos através desta pesquisa, analisar as particularidades apresentadas para compor os dois lados do trabalho social realizado no Jardim Castilho; seja a visão e análise do profissional Assistente Social que atuou no bairro, quanto à dos moradores que foram reassentados, nos possibilitando uma visualização da dinâmica da realidade, e assim do contexto global deste fenômeno, a partir da visão destes sujeitos de pesquisa.

A dialética trabalha com a valorização das quantidades e qualidades, com as contradições intrínsecas às ações e realizações humanas, e com o movimento perene entre parte e todo e interioridade e exterioridade dos fenômenos. (MINAYO, 2008, p.24)

Portanto a segunda parte da pesquisa foi direcionada à um profissional do Serviço Social que atuou no Programa de Urbanização - Regularização e Integração de Assentamentos Precários no bairro do Jardim Castilho iniciado no ano de 2003, o Assistente Social aqui convidado para participar da pesquisa foi abordado pessoalmente ao final do ano de 2010, onde esclarecemos os objetivos da pesquisa, e também evidenciamos que na mesma análise haveria a expressão dos moradores reassentados do bairro Jardim Castilho sobre o projeto, bem como sobre o trabalho social realizado. Desde o primeiro contato o profissional se mostrou receptivo à proposta. Mantivemos contato com o mesmo por e-mails durante todo último trimestre do ano de 2010, e durante os

mesmos, o profissional nos forneceu indicações de leituras indicações de fontes sobre o trabalho realizado especificamente no bairro Jardim Castilho.

Na segunda quinzena de janeiro de 2011, após o término das entrevistas com os moradores entramos novamente em contato com o Assistente Social para agendarmos um encontro para realização da pesquisa. Não tivemos dificuldade em marcar um encontro com o profissional, pois até o momento da entrevista ele ainda continuava exercendo o trabalho técnico social no Programa de Urbanização - Regularização e Integração de Assentamentos Precários no município de Embu das Artes, tornando de extrema relevância a pesquisa com o mesmo, pois, além de ter atuado no reassentamento dos moradores do bairro Jardim Castilho ainda trabalhava no mesmo seguimento da habitação do município em questão podendo então evidenciar não somente suas experiências no bairro em questão bem como sua percepção da atuação profissional na área da habitação.

Refletir a questão da prática profissional do assistente social com o objetivo de compreender a intervenção no plano das relações sociais de produção constitui-se tarefa das mais instigantes. Envolve discussões sobre os aspectos teóricos e metodológicos subjacentes ao agir profissional bem como a análise crítica, a dimensão de historicidade, o bojo do qual se produzem as relações capitalistas da sociedade. (COSAC, 2010, p.1)

É neste envolvimento que constituímos a metodologia que adotamos para a realização desta pesquisa, assim, concordamos com Pontes (2006), que apresenta uma forma de investigação na qual nos apoiamos,

É uma investigação que se assume como particularística, isto é, que se debruça deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser única ou especial, pelo menos em certos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico e, desse modo, contribuir para a compreensão global de um certo fenômeno de interesse. (PONTES, 2006, p.2)

As ações evidenciadas acima apontam estratégias para aferir os problemas e conflitos dos moradores reassentados bem como do profissional do Serviço Social que atuou nesse processo de reassentamento a partir da intervenção social do espaço territorial vivido pelos moradores dessa área, visto que:

O território, também representa o chão do exercício da cidadania, pois cidadania significa vida ativa no território, onde se concretizam as relações sociais, as relações de vizinhança e solidariedade, as relações de poder. É no território que as desigualdades tornam-se evidentes entre os cidadãos, as condições de vida entre os moradores de uma mesma cidade mostram-se diferenciadas, a presença/ausência dos serviços públicos se faz sentir e a qualidade dos mesmos serviços apresentam-se desiguais.” (KOGA, 2003, p. 33)

3. O SERVIÇO SOCIAL E A HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Pretendemos nesse momento realizar uma breve contextualização histórica a respeito do início do trabalho social a partir da inserção do profissional de Serviço Social em programas habitacionais de interesse social, refletindo sobre seus objetivos e atuações, para tanto nos apoiamos na reflexão das autoras Paz e Taboada ambas Assistentes Sociais que relatam:

O trabalho social em habitação deve ser compreendido no contexto da configuração da questão urbana, a partir da segunda metade do século XX, marcada pela desigualdade social e segregação socioespecial, decorrentes do modelo político e econômico adotado nos diferentes momentos históricos, mas que se agravou, consideravelmente, a partir do governo autoritário militar (1964 a 1984) (PAZ e TABOADA, 2010, p. 45)

No período ditatorial (1964 a 1984) o Banco Nacional de Habitação e o Sistema Financeiro de Habitação preferenciavam o atendimento ao público da classe média, enquanto o público de menor poder aquisitivo estava condicionado às habitações populares, essas localizadas longe dos grandes centros urbanos e com baixa qualidade urbanística. Algo que contribuiu para a padronização de quem não podia adquirir uma casa própria por vias do setor imobiliário.

Conforme, análise das autoras, é nessa realidade que o trabalho social passa a ser associado dentro dos programas de habitação social, tratado, portanto como política de governo inicialmente nas COHAB's mantidas pela Taxa de Apoio Comunitário (TAC) de 1973 cujo objetivo era de manter os conjuntos habitacionais e também o pagamento do honorário ao Assistente Social que enfrentasse esse “novo campo”, ou seja, o da execução do plano social já embutido no preço total da moradia popular, esta financiada pelo mutuário.

Nessa ocasião, o trabalho social mantinha uma característica mais administrativa ao priorizar a escolha da demanda, ao controlar a adimplência e organização comunitária. Por outro lado, observa-se a atuação do Serviço Social dentro dos Institutos de Orientação as Cooperativas Habitacionais (INOCOOPS) na década de 60 existentes em todo o país, seu objetivo estava

centralizado no gerenciamento e acompanhamento das cooperativas habitacionais de baixo custo, voltada principalmente aos trabalhadores contribuintes do FGTS, nessa atividade o assistente social tinha o papel de orientar as cooperativas, a partir da elaboração de projetos, prestação de orientação jurídica e fundiária e realização do acompanhamento desde a construção até a entrega da casa.

O trabalho social desenvolvido visava o acompanhamento aos trabalhadores, desde a constituição da Cooperativa Habitacional, a contratação e execução das obras dos conjuntos habitacionais até a mudança para a nova unidade habitacional (PAZ e TABOADA, 2010, p. 46)

Porém após esse período o Serviço Social passa a minimizar a característica meramente administrativa, adotando um discurso de princípios de cidadania, ao enfatizar direitos e deveres ao usuário, em meio ainda ao regime repressivo, passando a assumir papéis de coordenação de programas de habitação fomentando assim a mobilização da população.

Na esfera municipal, geralmente, os atendimento e programas de habitação voltados á população de baixa renda eram compreendidos como ações emergenciais e não como parte de uma política habitacional e, em muitos municípios, as ações ficavam sob a responsabilidade de secretarias ou órgãos de assistência social. Do ponto de vista governamental, a “política habitacional” para este segmento reduziu-se ao atendimento emergencial e á remoção de favelas para áreas e conjuntos localizados nas periferias, desprovidos de serviços públicos. [...] Apesar dessa tônica, em várias cidades, em especial nas metrópoles, onde havia organização popular ou organização de moradores, a presença de profissionais da área social foi um aliado importante na luta por melhores condições de vida. (PAZ e TABOADA, 2010, p. 47)

Durante a década de 70, fomentaram-se programas de habitação voltados especialmente ao público de rendimento inferior a três salários mínimos (público de interesse social), porém estes não eram responsáveis por produção de novas moradias, mas sim na realização de obras de urbanização como, por exemplo, em melhorias em habitações já existentes e também ao apoio á autoconstrução, assim como o programa de Erradicação da Sub Habitação (PROMORAR -1979), o Programa João de Barro de 1984 e o Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados (PROFILURB-1975).

Ainda em meados da década de 70 entram em cena vários movimentos sociais na área de moradia, este diante a uma nova configuração da sociedade que “bateu de frente” com o regime autoritário apoiado pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) advinda da religião católica. Destacando-se os movimentos da Bahia, Minas Gerais, Recife, São Paulo e Rio de Janeiro que reivindicavam por regularização fundiária e por serviços urbanos, havia também os movimentos de pessoas residentes em favelas que lutavam por melhores condições de vida que abrangiam principalmente o direito básico à água e luz.

[...] A carência por moradia aliado ao apoio das CEBs deu início ao significativo processo de lutas por moradia através da ocupação do solo urbano. Entendendo carência como coletividade possível, percebe-se que ela não é o único fator mobilizador da luta, a presença da Igreja é aspecto condicionante da origem do movimento. (SANTOS, 1993, p. 8)

Nessa ação os profissionais da área social inseridos nos órgãos públicos principalmente nas grandes capitais, tiveram uma participação significativa ao liderarem a organização dos movimentos sociais de favelas, ao estimular essa demanda e as “capacitá-las” para o discurso reivindicatório.

Os profissionais que atuavam na década de 80 posicionaram-se contra a ação de remoção desenfreada, que acabava por desestabilizar os vínculos de regionalização por serem deslocados para localidades distantes do local de origem. Optou-se, nesse momento, em negociar-se com as famílias em casos de desocupação em áreas não apropriadas, algo que chamou a atenção de órgãos internacionais que se posicionaram a favor do público residente em favela.

A intervenção social passou a se preocupar, sobretudo com as questões ambientais e de sustentabilidade dos usuários atendidos, passou então a iniciar conversas sobre geração de renda e projetos de educação ambiental. Estas questões não eram exclusivas dos assistentes sociais inseridos no BNH, mas perpassava a equipe interdisciplinar.

No PROSANEAR, a centralidade do trabalho social era dar conhecimento à população das obras do projeto, e iniciava-se, naquela época (década de 1980), a inclusão de temas ambientais com as famílias beneficiárias de programas, especialmente educação ambiental e a questão das

instalações e funcionamento das redes de água e esgoto (PAZ e TABOADA, 2010, p. 48)

Quanto a Caixa Econômica Federal, neste momento (1987), ocupando a função do então extinto Banco Nacional de Habitação, não definiu nenhuma diretriz ao trabalho social na esfera federal que estava hierarquizada ao Ministério da Fazenda e tinha a responsabilidade de executar os programas e projetos de habitação de interesse social. Foi durante o mandato presidencial de Itamar Franco que se inseriu o trabalho social aceito como contrapartida de estados e municípios.

Na gestão de Fernando Henrique Cardoso no ano de 1999 “pressionado” pelo Programa Habitar Brasil BIB (HBB)⁴¹ no Projeto Habitar, a presença do assistente social junto a demanda beneficiária de programas, projetos com verbas advindas do Orçamento Geral da União (OGU), passou a ser uma condição primordial, sendo que o governo federal passou a embutir no valor total do empreendimento os recursos do trabalho social, considerando que estes recursos faziam parte do fundo perdido (ou seja, a custo zero) dos municípios e estados.

Notou-se a experiência relacionada à integração da área física (engenharia e urbanismo) e a área social nos projetos, algo que não poderia ser mais desassociado nos projetos, pela eficácia demonstrada e anteriormente não exigida, portanto o Ministério das Cidades passou a “obrigar” o trabalho social dentro da Política Nacional de Habitação estendendo essa obrigação aos programas de saneamento integrado vistas a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (2007).

A partir de 2003, a exigência do trabalho social estende-se a todos os programas em que o Ministério das Cidades concedesse recursos a fundo perdido e naqueles obtidos através de empréstimos a Estados e Municípios.

A partir de então, a orientação para o trabalho social vem sendo desenvolvida em diversos organismos públicos, nos mais diferentes programas de habitação, onde se destacam: o respeito às conquistas importantes dos movimentos sociais de

⁴¹ O programa habitar Brasil BIB segundo o ministério das cidades foi a base para programas e projetos federais propostos a partir de 1999. Ele baseava os projetos integrados por ações sociais e fiscais, no conteúdo do trabalho social, das definições de recursos e repasse por família e das exigências e avaliações de projetos habitacionais entre outros.

moradia, como o direito das famílias em permanecerem na área ocupada, minimizando ao máximo o número de famílias a serem removidas, a necessária infraestrutura urbana e a participação durante a execução do empreendimento. (PAZ e TABOADA, 2010, p. 50)

3.1 O Trabalho Social no Reassentamento do Bairro Jardim Castilho

No ano de 2003, a Companhia Pública Municipal Pró Habitação de Embu das Artes publicou um documento sobre o Programa de Urbanização Regularização e Integração de Assentamentos do bairro Jardim Castilho, detalhando quais os andamentos do trabalho técnico social a serem desenvolvidos pelo Assistente Social e sua equipe (arquitetos, engenheiros, geólogos e orientador social).

Na primeira etapa é designada a coordenação do trabalho da equipe técnica social a um Assistente Social, que juntamente com sua equipe elabora a preparação, planejamento e implementação de um conjunto de ações voltadas ao público local de programas de habitação de interesse social do município de Embu das Artes, para atuar na melhoria da qualidade de vida das famílias de baixa renda em processo de reassentamento, neste caso em especial no bairro do Jardim Castilho.

A Pró Habitação instituiu à equipe técnica social a análise das famílias através de visitas, a fim de visualizar as condições ambientais dos assentamentos irregulares e loteamentos carentes (favelas), de forma a possibilitar aos profissionais da equipe técnica social a elaboração de ações sociais para inclusão social dos moradores a partir também da análise histórica do bairro. A utilização do relatório técnico, contendo o diagnóstico e caracterização da situação habitacional do bairro Jardim Castilho, com a identificação das casas em área de risco, visa priorizar o atendimento, considerando o grau de urgência e situações de precariedade da casa e da família.

As reuniões com os moradores também ficou estipulada para equipe técnica social a fim de: esclarecer o trabalho do programa de reassentamento para construção de prédios, esclarecendo a eles que a remoção de suas casas seria necessária para que houvesse a regularização de suas casas após a entrega de seus apartamentos respeitando as condições urbanísticas,

institucionais e ambientais; trabalhar com os moradores as condições possíveis para recuperação da qualidade da água e dos recursos naturais disponíveis tendo em vista a melhora da qualidade de vida dos moradores com o reassentamento de famílias do córrego que corta o bairro com o projeto de canalização; informar sobre condições de adquirir a casa própria a partir da ampliação da oferta de habitações de baixo custo.

O principal trabalho exercido pela equipe técnica social era o desestímulo à ocupação ilegal organizada utilizando a fala dos próprios moradores sobre as perdas materiais e até mesmo de familiares nas enchentes, para evidenciar os perigos de uma ocupação irregular as margens do córrego do bairro.

3.1.1 Intervenção Social junto aos moradores do Bairro Jardim Castilho

Para exemplificar o trabalho social desenvolvido e conforme enunciado na metodologia também fez parte desta pesquisa como sujeito, um profissional Assistente Social, formado na Pontifca Universidade Católica, atuante há 15 anos na área habitacional e envolvido em movimentos sociais de moradia, o qual esteve inserido no projeto de política habitacional de interesse social no município de Embu das Artes, em especial no bairro em questão no período de dois anos (2009/2010), que nesse processo buscou desenvolver um trabalho voltado a população moradora, cuja implementação baseou-se na mobilização, levantamento cadastral sócio econômico das famílias, assembléia geral, processo de reassentamento, plantão social e acompanhamento do pós-obra.

Tomando por base os relatos do profissional para elucidar o trabalho de intervenção social verificamos em seu diálogo alguns pontos considerados significativos dentre os elementos obtidos na pesquisa, em sua reflexão deixa explicito que, ao que se refere ao trabalho social no processo de reassentamento de famílias em assentamentos precários, a possibilidade de discutir e elaborar o processo de implementação deste reassentamento junto com os moradores torna-se a base para maior efetividade do processo bem como para a continuação da intervenção no pós obra.

O Assistente Social é chamado a constituir-se no agente constitucional de “linha de frente” nas relações entre a instituição e a população, entre os serviços prestados e a solicitação dos interessados por esses mesmos serviços. (IAMAMOTO, CARVALHO, 2009, p.113)

Ele é um mediador na relação usuário – instituição, usuário-programa, numa dinâmica contraditória em que, cumprindo objetivos previstos no âmbito institucional, vem buscando a identificação com os interesses das classes subalternizadas com que trabalha. (YAZBEK,1996, p.151)

Na relação usuário-instituição, relata que houve participação popular nas reuniões, as quais a princípio mensal e que após o reassentamento das famílias para as unidades habitacionais, passaram a serem realizadas quinzenalmente, o que ocorre até então devido á continuação do processo de melhorias habitacionais e urbanísticas no bairro Jardim Castilho; o maior facilitador do trabalho social no bairro segundo o profissional foi o envolvimento de parte da população na formulação do projeto.

O que facilita a intervenção é quando o projeto é discutido e elaborado junto com a comunidade, apresentação das linhas gerais do projeto, elaboração do projeto, execução da obra, participação do pós obra. (Assistente Social)

Devido à proximidade com o usuário, o Assistente Social é tido como agente institucional que centraliza e circula as informações sobre a situação social dos clientes para os demais técnicos e para a entidade, e as informações sobre o funcionamento desta para a população. (IAMAMOTO, CARVALHO, 2009, p.113)

Ao se referir ao trabalho de intervenção na participação popular no processo de reassentamento afirma a parcial participação dos moradores nas reuniões semanais durante sua intervenção no bairro Jardim Castilho:

Sim, na fase inicial do projeto, as reuniões eram mensais quando as famílias foram para as unidades habitacionais a reunião passou a ser quinzenal, o que é mantido até hoje, já que o processo de reassentamento para algumas famílias ainda não terminaram. (Assistente Social)

O profissional atuou no processo de reassentamento das famílias do bairro Jardim Castilho entre maio de 2009 e final de 2010, e atualmente continua na área habitacional realizando o trabalho social na mesma região,

porém na área onde está sendo expandido o trecho sul do rodoanel⁴² no município de Embu das Artes realizando a intervenção com as famílias que devem ser reassentadas para a expansão da pista, mas apesar de seu trabalho esteja concentrado em outra região, o profissional ainda mantém contato com alguns dos moradores do bairro Jardim Castilho, o que evidencia o envolvimento do mesmo em manter a relação profissional-usuário auxiliando assim no processo de emancipação e participação dos moradores do bairro Jardim Castilho.

Dentro dessa perspectiva, cabe ressaltar a figura do agente profissional, como sujeito partícipe desse processo. No desempenho de sua função intelectual, o Assistente Social, dependendo de sua opção política, pode configurar-se como mediador dos interesses do capital ou do trabalho, ambos presentes em confronto, nas condições em que se efetiva a prática profissional. (IAMAMOTO, CARVALHO, 2009, p.95)

Em sua análise sobre a situação de vulnerabilidade antes do processo de reassentamento ele avalia o motivo central do bairro ser indicado como área de risco: ... *risco por inundação*, diz o Assistente Social que afirma que após o início da mobilização houve maior aceitação dos moradores com o processo de reassentamento, e que a rejeição por parte dos moradores com a implementação da política de habitação no bairro Jardim Castilho foi mínima: ... *salvo algumas exceções* (Assistente Social); ele aponta a maior dificuldade da equipe social no trabalho de intervenção às famílias neste processo:

O maior desafio é implantar o projeto social de acordo com os recursos escassos definidos nos projetos, a conclusão da obra está acima do trabalho social que deveria contar com uma interação especial dos envolvidos, tendo em vista o público alvo, a sua carência educacional e cultural e a situação socioeconômica. (Assistente Social)

Tal relato se aproxima do que vimos no livro Medidas de Cidades – entre territórios de vida e territórios vividos (2003), onde a autora ressalta que as políticas públicas precisam ser descentralizadas e atender as particularidades dos municípios para que se possa efetivar com eficiência o atendimento e

⁴²Rodoanel é uma estrada de 177km², construída em torno do centro da região metropolitana de São Paulo, na tentativa de aliviar o intenso tráfego de caminhões oriundos do norte e sul do Brasil.

evolução dos trabalhos sociais “é preciso que os territórios exerçam um papel de sujeito e não apenas de objeto das políticas públicas”. (KOGA, 2003, p. 265)

O Assistente Social, no exercício de suas atividades vinculado a organismos institucionais estatais, para-estatais ou privados, dedica-se ao planejamento, operacionalização e viabilização de serviços sociais por eles programados para a população. Exerce funções tanto de suporte à racionalização do funcionamento dessas entidades, como funções técnicas propriamente ditas. (IAMAMOTO, CARVALHO, 2009, p. 112)

O profissional neste momento afirma que a maior dificuldade no desenvolvimento do trabalho social em sua experiência não somente no bairro Jardim Castilho bem como em suas diversas experiências na área habitacional, é referente à falta de recursos para dar continuidade ao acompanhamento às famílias, e que nestes momentos o que prevalece é o envolvimento e o compromisso profissional, pois mediante a falta de recursos se torna necessário utilizar a criatividade para dar segmento ao atendimento das mesmas.

A categoria específica de intelectual de novo tipo da sociedade moderna está vinculada à educação técnica, típica do mundo industrial. Seu modo de ver e de atuar já não se reduz à eloquência, mas envolve-se, diretamente, na vida cotidiana, como “organizador, construtor, persuasor permanente”. (IAMAMOTO, CARVALHO, 2009, p.87)

É assim que o Assistente Social se apresenta: organizador, construtor e persuasivo, possível de considerar através da entrevista realizada com o mesmo, responsável pelo reassentamento das famílias inseridas em áreas sujeitas a urbanização, e mostra os principais desafios enfrentados na prática cotidiana, elencando a importância de um trabalho transparente junto com a demanda, proporcionando assim, que todos os envolvidos tenham o conhecimento do trabalho realizado.

3.1.2 O bairro Jardim Castilho visto pelos moradores.

Ao falar sobre o processo de reassentamento de famílias dentro do projeto de habitação de interesse social voltado às famílias em situação de vulnerabilidade, optamos por entrevistar os sujeitos de pesquisa em seu próprio bairro onde tudo aconteceu, e ao estar em contato com o ambiente através da

mediação direta, com a vivência e análise da percepção de seus moradores sobre o processo de reassentamento, bem como de sua relação com o profissional Assistente Social inserido, neste momento, nos trouxe uma diversidade de situações na qual evidenciou não somente a necessidade do processo de conquista da moradia, bem como do processo de emancipação dos sujeitos através da conquista do direito à vida e moradia digna.

A análise a seguir foi realizada com dez sujeitos de pesquisa, que trazem relatos advindos não somente de suas vivências, mas também das vivências de seus familiares tendo em vista que estes sujeitos se apresentaram como chefes de suas famílias, como descrito na metodologia, não houve delimitação de gênero, nem idade, apenas residentes do bairro Jardim Castilho localizado no município de Embu das Artes que participaram do processo de reassentamento no projeto de habitação de interesse social.

Dentre os entrevistados, a maioria é migrante do nordeste brasileiro, residem no bairro Jardim Castilho há mais de dez anos, tornando-se assim parte da história do bairro, tendo vivenciado as mais diversas transformações ocorridas dentre esse período. Sobre os entrevistados, pontuamos que o público predominante foi o gênero feminino (70%) com idade superior a 40 anos. Em relação ao estado civil identificamos que apenas um é casado legalmente, sendo que os demais se encontram em relação consensual⁴³ e apenas uma é viúva.

Como muitos migrantes vieram para São Paulo almejando uma mudança na qualidade de vida e principalmente em busca de trabalho, que somada com a baixa qualificação e a baixa escolaridade dos sujeitos (dos dez entrevistados somente quatro terminaram o ensino médio e apenas um cursa o ensino superior), suas oportunidades no mercado de trabalho se mostram mais difíceis, metade dos entrevistados relatam ser autônomos:

Sou autônoma, e cato papelão e vendo doce em casa, mas trabalhei na roça e fui doméstica. (C.V)

Sou autônomo, mas faço bicos. (D)

To desempregada, mas so diarista. (C.R.)

Não tenho renda. (N)

⁴³ Em nosso estudo relação consensual refere-se a casal (homem e mulher) que moram na mesma residência em relacionamento afetivo, com ou sem filhos, sem necessariamente serem casados judicialmente ("antigo amigado").

Estou afastada por doença, recebo 1 salário (...) vendia salgados. (R)

Nos relatos referentes à questão do trabalho se evidencia a compreensão da vida social dos entrevistados⁴⁴, onde apenas quatro deles estão inseridos no mercado como trabalhador formal com carteira registrada; apenas dois são aposentados que ainda realizam atividades externas para complementar a renda familiar mensal:

Assim, trabalho para estes sujeitos não é resultado de uma escolha, é apenas uma face do direito à sobrevivência, uma forma de ter o que comer, de abrigar-se, de “levar a vida”... (YAZBEK, 1996, p. 98)

O bairro identificado como área de risco tinha diversas construções em assentamentos precários, que aprofundavam ainda mais a questão de vulnerabilidade na vida dos moradores, tendo em vista que um dos principais problemas eram as enchentes, causadas pela falta de rede de esgotos somada à construção de casas em área inadequada, na beira do córrego. Portanto, quando questionado quanto ao pior problema do bairro eles relatam:

A isso sim era um problema a enchente isso que era viu”. (D)

As mortes, a enchente. (J)

Enchente era o pior. (N)

Tudo era ruim, mas água podre dentro de casa era o pior. (M.S)

Quase tudo, esse prédio, por exemplo, só foi construído porque a enchente desabrigou um monte de gente. (Ma)

Ah, era o rio (córrego) né?! , quando chovia entrava água em algumas casas e o cheiro era forte, o meu marido até caiu lá... e por conta disso furou o pulmão e não resistiu ao acidente, tinha criança que não respeitavam a casa da gente, e os “noiás”. (Z)

Apesar de todos os entrevistados confirmarem que o problema principal do bairro era a enchente, até mesmo evidenciando a morte de um dos vizinhos por um acidente, alguns não avaliam o bairro como área de risco, vejamos alguns relatos:

⁴⁴Somamos o quadro familiar dos dez entrevistados, chegamos a uma soma total de trinta pessoas; perguntamos na seqüência quantos dentro do quadro familiar trabalhavam, totalizando em quinze pessoas. Portanto apenas metade dos familiares dos entrevistados trabalha sejam no mercado formal ou informal.

Pra mim não, na minha outra casa a água nem subia, nem enchia. (C.V)

Eu morava perto do rio (córrego), mas não era área de risco não! Tinha vizinho que quase caiu dentro do rio pra eles sim era área de risco, pra minha família não. (Z)

Não, na parte que eu morava não. (J)

A partir desses relatos podemos evidenciar a visão de uma parte dos entrevistados, para C.V, Z e J o bairro não representava risco tendo em vista que suas casas não enchiam d'água, porém afirmam que na casa de seus vizinhos a água subia e até ocorrendo casos de morte por conta das enchentes. Em análise podemos observar não somente a falta de reflexão sobre a realidade em que vivem, mas também uma típica alienação que segundo YAZBEK (1996) “reduz o indivíduo a um objeto que confere a outras decisões sobre sua própria vida”.

Os relatos apontam para uma falta de reflexão dos moradores sobre a questão de serem pertencentes a um bairro em situação de área de risco, assim, três dos entrevistados não avaliam que moravam em área de risco mesmo afirmando que todos moravam em casas á beira do córrego, o qual corta todo o bairro, e que a cada alagamento se viam ilhados e diante de um verdadeiro lamaçal, para eles existe uma certa diferença, pois, das famílias reassentadas algumas moravam em casas de madeira e telha e estas enchiam d'água, assim, apenas estas eram consideradas como área de risco.

Como também para os moradores que residiam em casas de alvenaria e bom revestimento não estariam em área de risco, pois suas casas não sofriam alagamentos internos. Seguimos a avaliação de que é necessário, portanto que se considere a diversidade interna dos moradores, seus limites, fragilidades e sua força como constitutivos de sua própria condição de classe; conforme afirma YAZBEK (1996).

Observamos que, na sociedade capitalista, os segmentos subalternizados e excluídos são privados não apenas do consumo de mercadorias e da riqueza social, mas também muitas vezes do conhecimento necessário para compreender a sociedade em que vivem e as circunstâncias em que se encontram. (YAZBEK, 1996, p. 155)

O relato das vivências do dia-dia destes moradores que se constituíram enquanto sujeitos desta pesquisa é marcado pela resistência da instabilidade oriunda das precárias condições de vida, e também da luta pela sobrevivência mediante a extrema violência que cria um clima de tensão e insegurança, mediante a criminalidade que assola o bairro, como aponta um dos pesquisados:

Ruim, péssimo, tinha sempre uma morte por conta do tráfico, ainda tem, mas eles não mexem com a gente não... não tinha luz, a água era emprestada. Hoje melhorou mais ou menos, a nossa casa é uma vitória, a moradia é outra ... mais o bairro ainda tem o que arrumar. (J)

Como aponta Yazbek (1996), a convivência com situações de extrema violência é um dos preços que, muitas vezes, o trabalhador pobre tem que pagar para morar, se submetendo a situações de medo e tensão advindas das atividades locais ligadas a criminalidade.

Em meio a este cotidiano o Assistente Social se torna mediador dos interesses dos moradores, sendo parte ou não deste mundo da criminalidade e submundo local, realizando um trabalho de intervenção social interferido pela violência, desempenhando mais do que está proposto no planejamento do projeto, passa também a ter o papel de:

(...) fortalecer o tecido social criando e desenvolvendo as organizações dos setores populares para que eles possam fazer competir seus interesses em igualdade de condições e dentro de regras iguais para todos. (TORO, 2005, p. 70)

Pois, o assistente social bem como a equipe técnica deverá ser mediador deste processo de reassentamento com todos os moradores sem delimitação nem discriminação, atuando paralelamente com o fator do tráfico local, o que torna mais dificultoso o trabalho de intervenção social.

Ao avançarmos na conversa no que tange as melhorias habitacionais identificamos respostas positivas a esse respeito, cujas descrições apontavam para um cenário oposto ao inicial, tendo em vista que o trabalho de urbanização do bairro Jardim Castilho ainda não tenha sido finalizado em sua totalidade, no entanto para os moradores beneficiados representa uma significativa mudança em sua qualidade de vida conforme verificado nos relatos dos mesmos:

Teve melhoras, pelo menos a casa da gente não entra mais água, na minha antiga casa até tinha uma muretinha (barreira), mas não adiantava muito, entrava água até o joelho e depois eu fiquei no alojamento 1 ano e 3 meses, até lá era melhor porque não tinha rato (N)

Sim certeza (fala sorrindo!). Eles concretizaram o rio, nunca mais teve acidente e nem entra água nas casas, e ganhamos uma casa melhor. (Z)

Muito ajudou, não digo eu porque eu tinha uma casa boa, a água só entrava no quintal..., mas hoje as pessoas que foram beneficiadas ou pela casa ou pelas melhorias urbanas não tem mais medo da chuva, sem a canalização antes a terra virava lama e poderia causar doenças. Frente a tudo isso melhorou muito, hoje o meu neto pode brincar na frente de casa que não tem perigo. (Ma)

Observamos que cada morador atribuiu um significado ao avaliar as melhorias habitacionais que ocorreram no bairro, pontuando sobre as transformações urbanas de modo subjetivo sobre a interferência deste processo sob a qualidade de vida das famílias residentes, isso por que:

(...) cada informante tem critérios próprios, segundo os quais avalia a qualidade de vida em seu local de moradia e que, por fim, dizem respeito as suas experiências singulares e as concepções e valores que abraçam. (COHN at.al., 1991, p. 113)

Mesmo com o reassentamento dos moradores entrevistados para novas residências legalizadas com água encanada e rede de esgoto, perguntamos a eles o que ainda avaliam que deveria mudar no bairro Jardim Castilho tendo em vista que o grande problema de anos “a enchente” já teria sido solucionado com a canalização do córrego:

Olha fia eu não gosto de nada aqui, moro aqui porque não tenho como sair, to pensando em trocar em outro barraco em outro lugar, mas só não saio do Embu. (C.V)

Pra mim é mais o saneamento básico mesmo. (D)

Falta asfalto, tenho que passar pano na casa toda hora. (C.R)

Olha moça aqui melhorou bastante coisa, mas ainda falta muito viu, ainda tem casa em área de risco, ainda falta asfalto em algumas ruas, a coleta de lixo não entra aqui não, temos que andar “um bom cado” pra colocar o lixo nas caçambas lá na rua principal, isso quando não tem um engraçadinho que joga a sacola de lixo pela janela do apartamento direto no córrego (agora canalizado). (M.S)

O asfalto que não chegou ainda. (N)

Hoje o asfalto e as bocas. (referiu-se aos pontos de venda de droga). (J.I)

É visível que os moradores ainda sofrem em relação à falta de efetividade do direito à moradia digna, tendo em vista que abordamos aqui moradia digna como local onde seus residentes independente de classe social devem ter acesso aos serviços básicos como transporte, saúde, educação, lazer, provida de infra-estrutura e saneamento básico como estipula a lei federal 11.124 já citada anteriormente:

Art. 2º: Fica instituído o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, com o objetivo de:

IX- I – viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada e à habitação digna e sustentável.

Diante disto, importa ressaltar o relato de C.V., onde expõe que não avalia que necessitam outras mudanças e sim que o bairro não é um bom lugar para viver, evidencia que não gosta do bairro independente da mudança com a canalização do córrego e com a mudança para uma nova casa legalizada, dizendo até mesmo que pretende se mudar para um outro local, um outro barraco.

De fato, as políticas sociais, com seus programas e proposições ineficazes, insuficientes e sobrecarregados diante de uma imensa maioria de pobres, vêm se confirmando como instrumentos de pouca efetividade no enfrentamento da pobreza brasileira. (YAZBEK, 1996, p. 47)

Mesmo com os avanços do bairro em relação à moradia e canalização do córrego, seus moradores requisitam muitas mudanças para a infra-estrutura do mesmo, tendo em vista o total abandono em que viviam há anos enquanto lugar de invasão e expansão de assentamento precário, sem nenhum respaldo de intervenção na infra-estrutura, portanto consideramos que ainda há muito que se fazer nesta localidade com relação a aspectos básicos para qualidade de vida dos moradores do bairro Jardim Castilho.

Ao participarem do processo de reassentamento habitacional, sendo moradores de um bairro cuja história tem como base a instalação dos sujeitos em assentamento precário, perguntamos a todos os sujeitos de pesquisa se

eles sabem o que é inclusão social⁴⁵, e somente a metade, ou seja, cinco deles responderam, vejamos os relatos:

Oia eu não sei o que é isso não, não entendo (diz envergonhada). (C.V)

A, é melhoria social, é a moradia digna. (D)

Deixa eu pensar... deve ser a pessoa aceitar a vida como é, ah sei não, o que é? (Z)

Sim, é ter uma vida melhor não é? (J.I)

Sim, é ter direito a tudo desde a infra-estrutura básica digna, quanto inclui o a gente social que somos nós o povo dentro deste sistema que chamamos de sociedade, hoje eu posso falar que moro num apartamento e não numa favela. Não há mais divisão de favela, que nos rotulavam, não que isso algum dia me incomodou porque faz parte da minha historia. (Ma)

Cinco responderam não saber o que é inclusão social dentre eles J.C:

Inclusão social? (pensa um pouco) não sei explicar não. (J.C)

Porém ao serem questionados se analisam a conquista da casa própria como uma forma de inclusão social, a maioria enfatizou que sim que a casa própria foi uma forma de inclusão social para eles:

Acho que deve ser fia. Oia a casa é boinha não é muito ruim não, mas foi é um direito meu, num tive escolha fia tive que sair da minha outra casa tinha que ganhar outra num é o certo? (C.V)

Demais minina, eu não me sentia bem antes não sabe, agora me sinto inserido e gosto, to bem confortável. (D)

Sim acho que é. (Z)

Bom eu já tinha a minha casa antes daqui, então nada mas justo do quê devolverem o que me tiraram né? (C.R)

Sim, é uma sensação ótima tem tudo organizado, ter o que é da gente, ter comprovante de residência... Eu fiquei 2 anos e 2 meses no aluguel social mas lá não era minha casa, aqui é ... quer dizer depois que eu pagar (rsrsrsrs) (M.S)

(...) vir pra cá é acesso a uma vida melhor na minha opinião. (R)

Sim, mas ainda falta ter mais serviços próximos daqui a saúde por exemplo ta um caos, a gente não consegue marcar médico. (J.C)

Com toda a certeza (J.I)

Sim, pra vocês terem noção algumas crianças que moram aqui falaram com desprezo das crianças que moram nos barracos que ainda tem aqui no Castilho, com preconceito mesmo e olha que eles saíram da mesma realidade, até as crianças se

⁴⁵ Utilizamos aqui o termo inclusão social por acesso e inclusão a bens, serviços e direitos sem delimitação de classe, gênero, idade, raça e opção sexual e religiosa.

sentem incluídas em uma vida melhor o que precisa trabalhar com elas é o senso de respeito com os outros. (Ma)

Somente um dos entrevistados não reconheceu a conquista da casa própria como uma forma de inclusão social, se mostrando insatisfeita com a mudança e com o processo de reassentamento:

Não, era uma obrigação da prefeitura? (N)

Tivemos aqui a oportunidade de analisar como os sujeitos de pesquisa entendem e/ou afirmam não saber responder o que seria inclusão social. Grande parte deles identifica sua conquista à casa própria como uma forma de inclusão social, contraditório? Talvez, mas tendo em vista que a primeira consolidação de direito vivenciado por eles foi justamente o processo de reassentamento e acesso a casa própria, se torna claro seus relatos em relação à inclusão social sendo algo que eles mal sabem explicar, mas afirmam vivenciar.

Ao trabalharmos o tema visamos evidenciar a habitação de interesse social, nos remetendo a análise profissional do Assistente Social, como sendo o sujeito que tem como uma de suas competências trabalhar na busca pela inclusão social dos sujeitos, que sofrem a intervenção de projetos sociais, seja na atuação de intervenção direta, bem como na projeção e formulação das políticas públicas sociais.

Portanto, vejamos a seguir a análise dos sujeitos da pesquisa em relação à intervenção do Assistente Social no processo de reassentamento que fizeram parte, relatam como foram atendidos e orientados por esse profissional no processo de reassentamento:

Tinha sempre tinha, no alojamento também aparecia ... Nas vezes que eu ia falar com ele era bem tratada viu... não ia em todas as reuniões porque quando eu saio pra pegar papelão chego tarde né... ele (assistente social) que me explicou que eu podia escolher ir pro aluguel ou pro alojamento, eu escolhi alojamento fia porque eu cato papelão num tinha dinheiro pra pagar água e luz. (C.V)

Teve, teve sim...Na minha visão foi ótima, ele me facilitava, explicava todo processo. (D)

Sim... Na época que começaram a mexer, eram as moças da empreiteira que eram como filhas pra mim sempre convidava elas pra almoçar em casa, agora é o da prefeitura que também é atencioso. (Z)

Tinha sim... Não tenho queixas, ele explicava as coisas direitinhas. (C.R)

Sim, até hoje tem... E eu não deixo ele em paz, lá na prefeitura o povo já me conhece como Maria barraqueira, porque eu sempre ligo cobrando as coisas pra ele, aqui no prédio ainda falta umas coisas e é ele que tem que pressionar a empreiteira ou o diabo a quatro sei lá..., senão eu encho mesmo, de vez em quando eu bato boca com ele, mas ele é paciente na medida do possível... me ouve e explica as coisas sim. (M.S)

Sim... foi boa. (J.C)

Sim... olha , no tempo que derrubaram a minha casa e me mandaram pro aluguel foi-se quase três anos de muito espera, mas sempre fui bem atendido nem sempre tinha a resposta que queria mas nunca fui maltratado não. (J.I)

Quem iniciou o movimento de moradia aqui fui eu, naquela época não tinha assistente social na prefeitura, até montei uma associação chamada mulheres em ação, hoje ela está só no papel porque eu não conseguir manter um espaço pra ela... hoje o que não falta é assistente social, mais a maioria estão na secretaria de assistência social dando as coisas sabe, e só tem dois na área da habitação a V. e o R. (...)

Todos afirmaram a presença do Assistente Social no processo de reassentamento como intermediador tanto através do atendimento como na relação socio-educativa das reuniões realizadas com os moradores.

Na construção de suas relações com o assistencial, compondo o aprendizado da subalternidade, os usuários de serviços de assistência aprendem a se relacionar com as instituições e com seus quadros profissionais, particularmente com os assistentes sociais, entendendo suas proposições e limitações. (YAZBEK, 1996, p. 152)

Na ocasião das entrevistas com as famílias sujeitos de pesquisa, não lhes dissemos que um Assistente Social também faria parte desta pesquisa e que este teria sido um dos profissionais que atuaram no bairro no processo de reassentamento, para que não se sentissem intimidados diante de suas falas pelo possível conhecimento deste profissional, o qual também realizava as reuniões sócio-educativas com eles.

A omissão da entrevista com o Assistente Social também possibilitou respostas diretas e tranquilas quanto suas participações nas reuniões durante o processo de reassentamento, reuniões propostas como forma de esclarecer sobre o processo de reassentamento, esclarecer sobre a remoção de suas casas, informar sobre condições de adquirir a casa própria a partir da

ampliação da oferta de habitações de baixo custo, e sobre a questão da canalização do córrego, assim, temos:

Não ia em todas as reuniões porque quando eu saio pra pegar papelão chego tarde né... ele (assistente social) que me explicou que eu podia escolher ir pro aluguel ou pro alojamento, eu escolhi alojamento fia porque eu cato papelão num tinha dinheiro pra pagar água e luz. (C.V)

Claro que sim, e eu participei sempre de todas as reuniões que tinha dia de quarta. (D)

la em todas as reuniões, e chamava as vizinhas. (Z)

Quando dava ia nas reuniões, quando não dava ia até a prefeitura ou ligava. (C.R)

Indo nas reuniões, na prefeitura, brigando quando eu tava certa, alias me tiram a minha casa onde eu gastei mais de 15 mil reais. (M.S)

Não participava muito não, porque na maioria das vezes ficava irritada nas reuniões, era muita gente mal educada que não sabia ficar quieta pra ouvi as coisas, e levavam crianças, eu preferia marcar uma hora com o assistente social pra perguntar o que me interessava e entende as coisas com calma. (N)

Participei contra a minha vontade, aquelas reuniões só me deixavam mais nervosa. (R)

Participava sempre indo na empreiteira, nas reuniões. (J.C)

Participei indo atrás, da prefeitura, da Eletropaulo que ficava colocando empecilho (referiu-se a burocracia) pra não ligar logo a luz, da empreiteira que atrasou a obra, fizemos abaixo assinado pra muda de empreiteira mas não resolveu. (J.I)

Eu que chamava os vizinhos pra fazer abaixo assinado, chamava a imprensa pra ver as casas caindo, até que eu entrei de cargo de confiança da prefeitura ai conseguir manter contato com vereadores que de vez em quando tiravam a bunda da cadeira e corriam atrás de alguma melhoria pro bairro. (Ma)

A população envolvida, organizada pode construir elementos que defenda a legitimidade de seus direitos, o Assistente Social ao estimular a mobilização trabalha a partir de estratégias de emancipação. Atualmente a importância da participação destes moradores nas reuniões se evidencia no dia-a-dia, pois eles enfatizaram muito que seus prédios não iriam virar favelas como muitos pensavam, e faziam questão de nos mostrar como estão se organizando enquanto moradores para estabelecer um novo relacionamento entre os vizinhos, continuando as reuniões mensalmente, estipulando normas de convivência e formando eleição de um síndico para que possam se organizar enquanto moradores.

Não é suficiente a criação de mecanismos, canais ou espaços de participação, é preciso criar condições para que esta participação de fato ocorra, através de medidas educativas, que formem os diferentes sujeitos sociais, para exercer o direito à participação. (PAZ, 2002, p. 49)

De forma que a população organizada a partir dos canais de participação, busca pelo conhecimento e efetivação dos direitos sociais, tornando-a mais próxima do acesso à inclusão social, sendo um movimento de ações que combatem a exclusão a partir do acesso/conquista dos direitos sociais, e para os sujeitos de pesquisa é evidente tal inclusão visto que através dos relatos foi possível analisar que diante de todas as objeções, participações, ausências, os mesmos apresentam interesses comuns, e demonstram ter objetivado o acesso/conquista da casa própria.

Neste sentido a melhor maneira de compreender a inclusão social é entendê-la como necessidade real das famílias e das comunidades independentemente de posição social, mas em geral a análise da inclusão social se torna relevante sob a visão de melhoria das condições de vida do público mais vulnerável da sociedade, em nossa análise, por exemplo, ao público de interesse social, e o trabalho de intervenção social do Assistente Social que media e influi na busca pelos direitos e concretização da inclusão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível perceber através desta pesquisa, que quando o Estado passou a intervir na política habitacional a partir da década de 20, o fez de forma clientelista⁴⁶, como uma maneira de legitimação de seu poder simulando a população que a aquisição da moradia é um “favor” e não um direito. A política neoliberal não se compromete com as conseqüências dessa política que promove a desigualdade entre os cidadãos a partir da valorização da propriedade privada ao longo do tempo, excluindo significativamente a população trabalhadora deste direito, o qual universal.

A super valorização da propriedade privada tornou o direito á moradia um sonho cada vez mais distante da realidade da classe trabalhadora, tendo em vista que lhes é direito o acesso a terra bem como a moradia digna e cada vez mais o alto custo de vida e a extrema elevação do valor da propriedade os direciona as ocupações irregulares, que em geral são lugares distantes e sem acesso a equipamentos de infra-estrutura.

No entanto nos dias atuais essa ideologia vem se modificando com o “advento de novas políticas” direcionadas ao acesso a casa própria, visando o possível acesso as classes subalternizadas.

Diante das enormes dimensões dos problemas urbanos, a política habitacional não pode se restringir à construção de casas supõe pensar num acesso a outros serviços básicos, como transporte, educação, saúde, lazer, ou seja, a infra estrutura necessária para a qualidade de vida dos cidadãos.

A semelhança dos relatos a estes fatos é evidenciada apesar das diferentes experiências de vida de cada um dos sujeitos entrevistados, pois eles convivem e sobrevivem das mesmas situações de exclusão, da inexistência dos direitos básicos, da pobreza e do preconceito contra moradores de local de assentamento precário. Cada relato traduz uma vivência à parte que ao final representa e compreende uma realidade local.

Tendo como objetivo principal desta pesquisa a verificação do entendimento dos moradores que sofreram o processo de reassentamento

⁴⁶ O clientelismo é um subsistema de relação política, com uma pessoa recebendo de outra a proteção em troca do apoio político, um sistema de troca.

quanto à conquista da casa própria como uma forma de inclusão social, através inclusive da identificação socioeconômica de cada sujeito e buscando conhecer as questões relacionadas à área de risco que mais interferiam em suas condições de moradia e sucessivamente na qualidade de vida dos mesmos, conhecendo também a atuação do Serviço Social nessa realidade, foi possível constatar que todos os entrevistados entendem a conquista da casa própria no processo de reassentamento em que foram participantes como uma forma de inclusão social. E também foi possível visualizar nas falas dos moradores o reconhecimento da constante presença do Assistente Social durante todo o processo de reassentamento, na mediação entre órgão público e comunidade.

Evidenciamos as vivências de uma realidade coletiva de uma situação de vulnerabilidade e desumanização: a moradia irregular em assentamentos precários, e nos relatos evidenciamos a conclusão da hipótese desta pesquisa, pois no Município de Embu das Artes ao que se refere ao quadro habitacional são perceptíveis melhorias significantes ao acesso a moradias dignas e aos serviços urbanos básicos, principalmente ao saneamento básico e ao abastecimento de água incentivado pela inclusão dos assentamentos informais (favelas) em projetos de ampliações de construções de unidades Habitacionais de Interesse Social, o que se pode constatar, portanto esta sendo uma estratégia de inclusão social aos usuários expostos à questão da moradia desencadeadas pela situação de vulnerabilidade social no município.

O processo de transformação dos sujeitos expostos à vulnerabilidade, no local onde vivem em condições sociais e econômicas desfavoráveis, se evidencia através de casos de sucesso, onde se torna possível obter resultados concretos no resgate da reinserção dessas pessoas à sociedade a partir de uma intervenção que gera inclusão social. O estímulo ao fortalecimento do sujeito, se torna a ferramenta mais apropriada para o enfrentamento da intervenção social principalmente em termos da conquista e regularização dos assentamentos precários, tendo em vista a dificuldade orçamentária evidenciada a partir da entrevista com o Assistente Social.

O direito à moradia digna é um direito de todos os cidadãos, e na medida em que ampliamos o número de comunidades com acesso aos direitos básicos em termos de serviços, infra-estrutura e lazer tornamos nossas cidades mais sustentáveis para toda a sociedade.

O Brasil trilha num caminho lento em relação às políticas habitacionais, mas devemos analisar os avanços e bloqueios das políticas públicas habitacionais não somente visando a crítica, mas avaliando dentro das lacunas deixadas pela aplicação da legislação como podemos contribuir, sendo profissionais requisitados para intervenção na área por conseguir abordar e mediar neste processo de busca de efetivação de direitos e inclusão social.

REFERENCIAS

ABRAMIDES, M., MAZZEO, S. e FINGERMANN, T. **Repensando o Trabalho Social**. A Relação entre Estado, Instituição e População. São Paulo: Cortez, 1981.

BORGES, M., R. **Previdência Funcional: Teoria Geral**. Curitiba: Juruá, 2006.

BOTEGA, L. **De Vargas a Collor : Urbanização e Política Habitacional no Brasil**. Dossiê Cidades. Espaço Plural • Ano VIII • Nº 17.

BONDUKI N. **Curso á Distancia Para Ações integradas de Urbanização de Assentamentos Precários**.

BRASIL. Ministério das Cidades. **EAD-PLHIS: Planos Locais de Habitação de Interesse Social**. Secretaria Nacional de Habitação. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério das Cidades. EAD. **Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social**. Secretaria Nacional de habitação. Brasília, 2010.

BRASÍLIA, **Lei Nº 4.132**, de 10 de setembro de 1962.

BRASÍLIA, **Lei Nº 11.124**, de 16 de junho de 2005

BRASÍLIA, **Lei Nº 8.677**, de 13 de junho de 1993

BRASÍLIA, **Lei Nº 10.188**, de 12 de junho de 2001

BRASÍLIA, **Lei Nº 10.257**, de 10 de julho de 2001

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. . Petrópolis: Vozes, 1998.

COSAC, D, M, C. **Reflexões Sobre a Dimensão Interventiva do Serviço Social**. São Paulo: Serviço Social & Realidade, 2010.

COHN, A., NUNES, E., JACOBI, P.R., KARSCH, U.S. **A saúde como direito e como serviço**. São Paulo: Cortez, 1996.

DEMO, P. **Pesquisa princípio científico e educativo**. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 1996.

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 17ª Edição. São Paulo: Cortez, 2009.

KOGA, D. **Medidas de Cidades** – entre territórios de vida e territórios vividos. 1ª Edição. São Paulo: Cortez, 2003.

KOGA, D., GANEV, E. e FAVERO, E. **Cidades e Questões Sociais**. São Paulo: Terracota, 2009.

LEI COMPLEMENTAR Nº 72 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003.

MARICATO, E. **Habitação e Cidade**. 7ª Edição. São Paulo: Editora Atual, 1997.

MARICATO, E. **Política Urbana e de Habitação Social: Um Assunto Pouco Importante Para o Governo FHC**, 1998.

MINAYO, S.C. **Pesquisa Social Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis. 27ª Edição. RJ: Editora Vozes, 2008.

OLIVEIRA, S. L. **Tratando de Metodologia Científica**. São Paulo. Editora: Pioneira Thomson Learning, 2002.

RIBEIRO, C.Q., PECHAMAN, M.R. **O que é a questão da moradia**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense-Coleção Primeiros Passos, 1983.

SANTOS, Helenice Almeida. **Os desafios da educação ambiental: uma escola estadual de ensino fundamental Situada em área de risco**. (Belo Horizonte-MG). 2005. 148f. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica, Minas Gerais, 2005.

VARA, Maria de Fátima Santos. **Estratégias da população de baixa renda na produção do espaço urbano: o caso do Loteamento Ceval em Pelotas** (Rio Grande do Sul – RS). 2009. 107f. Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Faculdade de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2009.

TORO, A. J. **A Construção do Público: cidadania, democracia e participação**. Rio de Janeiro: Editora Senac, 2005.

VIEIRA, E. **Estado e Miséria Social no Brasil: de Getúlio a Geisel 1951 a 1978**. São Paulo: Cortez, 1995- 4ª edição.

YAZBEK, M. C. **Classes Subalternas e Assistência Social**. São Paulo: Editora Cortez, 1996.

Pesquisas em sites:

<http://www.amparo.sp.gov.br>. Acessado em 07/12/2010 das 17:40 às 18:00

<http://www.caixaeconomicafederal.org.br>. Acessado em 27/09/2010 das 08:19 às 10:04.

<http://www.cidades.gov.br>. Acessado em 18/01/2010 das 17:18 às 18:45.

<http://www.consumidorbrasil.com.br>. Acessado em 07/12/2010 das 08:00 às 08:09.

<http://www.embu.sp.gov.br>. Acessado em 08/12/2010 das 15:00 às 15:53

<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/jponte/docs-pt/94>. Acessado em 13/01/2011 das 18:15 às 19:05.

<http://www.ibge.gov.br>. Acessado em 07/12/2010 das 18:45 horas às 19:17.

<http://www.posgeografia.furg.br/index.php/documentos/dissertacoes>. Acessado em 11/01/2010 das 16:15 às 17:53.

<http://www.unmp.org.br>. Acessado em 01/11/2010 das 12:19 às 13:14 horas.

<http://www.fjp.mg.gov.br>. Acessado em 07/12/2010 das 19:20 hora às 20:01

<http://www.ppa.sp.gov.br>. Acessado em 08/12/2010 das 16:20 às 16:24

<http://pt.wikipedia.org>. Acessado em 08/12/10 das 16:33 às 16:40

ANEXO A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.



Universidade de Santo Amaro

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa – DESAFIOS E CONQUISTAS DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE EMBU DAS ARTES, FRENTE À QUESTÃO DA MORADIA-, no caso de você concordar em participar, favor assinar ao final do documento. Sua participação não é obrigatória, e, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador (a) ou com a instituição.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e endereço do pesquisador (a) principal, podendo tirar dúvidas do projeto e de sua participação.

NOME DA PESQUISA: DESAFIOS E CONQUISTAS DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE EMBU DAS ARTES, FRENTE À QUESTÃO DA MORADIA

PESQUISADORAS RESPONSÁVEIS: DEISE OLIVEIRA LARANJEIRA DO NASCIMENTO

ENDEREÇO: ROMANO ADAMS N°5B – JD. HORIZONTE AZUL

TELEFONE: (011)58997173

PESQUISADORES PARTICIPANTES: CAMILLA LIMA ASNAL

PATROCINADOR:

OBJETIVOS: Analisar se os usuários que participaram de intervenções de programas e/ou políticas públicas voltadas a Habitação de Interesse Social (HIS) como, por exemplo, do Programa de Subsídio à Habitação (PSH), Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC) e ao convênio da Prefeitura e Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU) entendem o acesso conquista da casa própria uma forma de inclusão social.

PROCEDIMENTOS DO ESTUDO: se concordar em participar da pesquisa, participará de um questionário sobre o acesso da casa própria, ou entrevista. Explicar todo o procedimento que será realizado no participante da pesquisa. A entrevista estará descrita em um roteiro semi-estruturado para nortear o dialogo, cujo objetivo central é analisar se os usuários entendem o acesso a casa própria uma forma inclusão social.

RISCOS E DESCONFORTOS: a pesquisa não pretende causar nenhum risco e desconforto aos entrevistados.

BENEFÍCIOS: Partindo da visão de que o problema habitacional brasileiro deve ser analisado como problema social, por parte do Serviço Social torna-se relevante o estudo voltado á habitação de interesse social.

CUSTO/REEMBOLSO PARA O PARTICIPANTE: os sujeitos de pesquisa não arcarão com nenhum gasto decorrente da sua participação (entrevista, sessão de estudos, exames laboratoriais, etc.). Não recebendo nenhuma cobrança com o que será realizado, os participantes da pesquisa não receberão qualquer espécie de reembolso ou gratificação devido à participação na pesquisa.

CONFIDENCIALIDADE DA PESQUISA: garantia de sigilo a privacidade dos sujeitos quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa, somente serão divulgados dados diretamente relacionados aos objetivos da pesquisa não relevantes aos dados pessoais dos entrevistados.

Assinatura **do** **Pesquisador** **Responsável:**



Universidade de Santo Amaro

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu,

declaro que li as informações contidas nesse documento, fui devidamente informado(a) pelas pesquisadoras – Camilla Lima Asnal e Deise Oliveira Laranjeira do Nascimento - dos procedimentos que serão utilizados, riscos e desconfortos, benefícios, custo/reembolso dos participantes, confidencialidade da pesquisa, concordando ainda em participar da pesquisa. Foi-me garantido que posso retirar o consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade. Declaro ainda que recebi uma cópia desse Termo de Consentimento.

LOCAL E DATA:

NOME E ASSINATURA DO SUJEITO OU RESPONSÁVEL:

(Nome por extenso)

(Assinatura)

ANEXO B

MODELO DE QUESTIONÁRIO

Questionário destinado aos moradores do bairro Jardim Castilho:

1-Nome do responsável pelo domicílio:

Idade: Gênero

Endereço:

2-Há quantos anos você mora no Jardim Castilho: Local de origem:

3-Estado civil:

4-Grau de instrução:

5-Trabalhando sim ou não e qual a renda:

6-Qual a profissão:

7-Recebe algum benefício:

8-Quantas pessoas compõem o quadro familiar:

9-Destas quantas trabalham:

10-Quantas estudam:

11-Alguma gestante:

12-Alguma pessoa com necessidade especial:

13-Descreva um pouco sobre a estrutura do bairro? (antes da urbanização/reasseatamento e hoje)

14-Você reconhecia o bairro como uma área de risco?

15-O que mais deixa a desejar no bairro Jardim Castilho?

16-Qual era o maior problema que ocorria no bairro?

17-Você avalia que houve melhorias habitacionais no bairro ou não?

18-Você sabe o que é inclusão social? Se sim o que é em sua opinião?

19-Você entende o acesso a casa própria uma forma de inclusão social?

20-Nesse processo de reassentamento houve a participação de um profissional de serviço social?

21-Na sua visão como foi o atendimento e orientação do assistente social?

22-Você participou deste processo de reuniões? De qual forma?

Questionário destinado ao assistente social:

1-Nome: Idade:

2-Em qual instituição se graduou? Há quanto tempo?

3-Possuí especialização ou pós graduação?

4-Há quanto tempo atua na área habitacional?

5-No município de Embu das Artes especificamente há quanto tempo?

6-Em sua opinião qual o maior desafio em atuar nessa área?

7-E qual o maior facilitador?

8-Você atuou no processo de urbanização de assentamento do Jardim Castilho?

9- Em que período você atuou na política de urbanização e habitação de interesse social do Jardim Castilho?

10- O bairro Jardim Castilho é analisado como área de risco?

11- Houve rejeição dos moradores com a implementação da política de habitação de interesse social?

12- Houve participação popular no processo de reassentamento?

13- Qual foi a maior dificuldade de atuação social neste trabalho de reassentamento?